



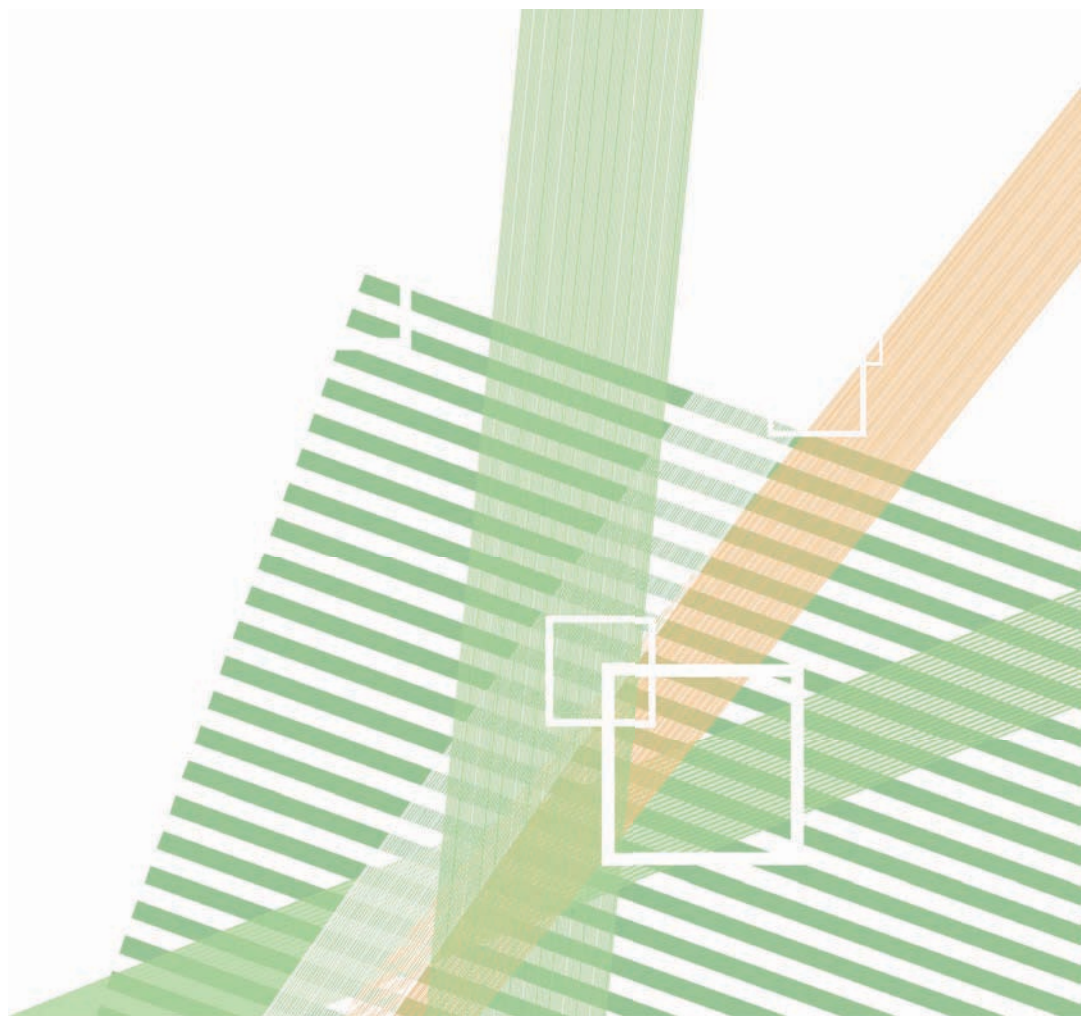
CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE

Relatório & Contas 2008

Orgãos Sociais	3
Direcção e Rede Comercial	7
Carta do Conselho de Administração	13
Principais Indicadores	19
Considerações Gerais	23
Síntese da Actividade	31
Actividade Bancária	35
Gestão dos Meios	47
Relações Internacionais	61
Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social	65
Micro-Crédito	71
Análise da Rendibilidade	79
Proposta de Aplicação de Resultados	89
Notas Finais	93
Balanço e Demontração de Resultados	97
Anexos às Demonstrações Financeiras	103
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	129
Relatório dos Auditores Externos	129



ORGÃOS SOCIAIS





Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Marcos Fortunato Oliveira (INPS)
Vice-Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro (CEMG)
Primeiro Secretário	Nancy Helena Almeida Cardoso Monteiro (INPS)
Segundo Secretário	Rui Manuel Alves (CEMG)

Conselho de Administração

Presidente	Emanuel de Jesus da Veiga Miranda (INPS)
Vice-Presidente	Eduardo José da Silva Farinha (CEMG)
Vogal	Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes (INPS)
Vogal	Filinto Elísio Alves dos Santos (CCV)
Vogal	Paulino Baptista Dias Jesus
Vogal	Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (IMPAR)
Vogal	Virgílio Manuel Boavista Lima (AMMGMG)

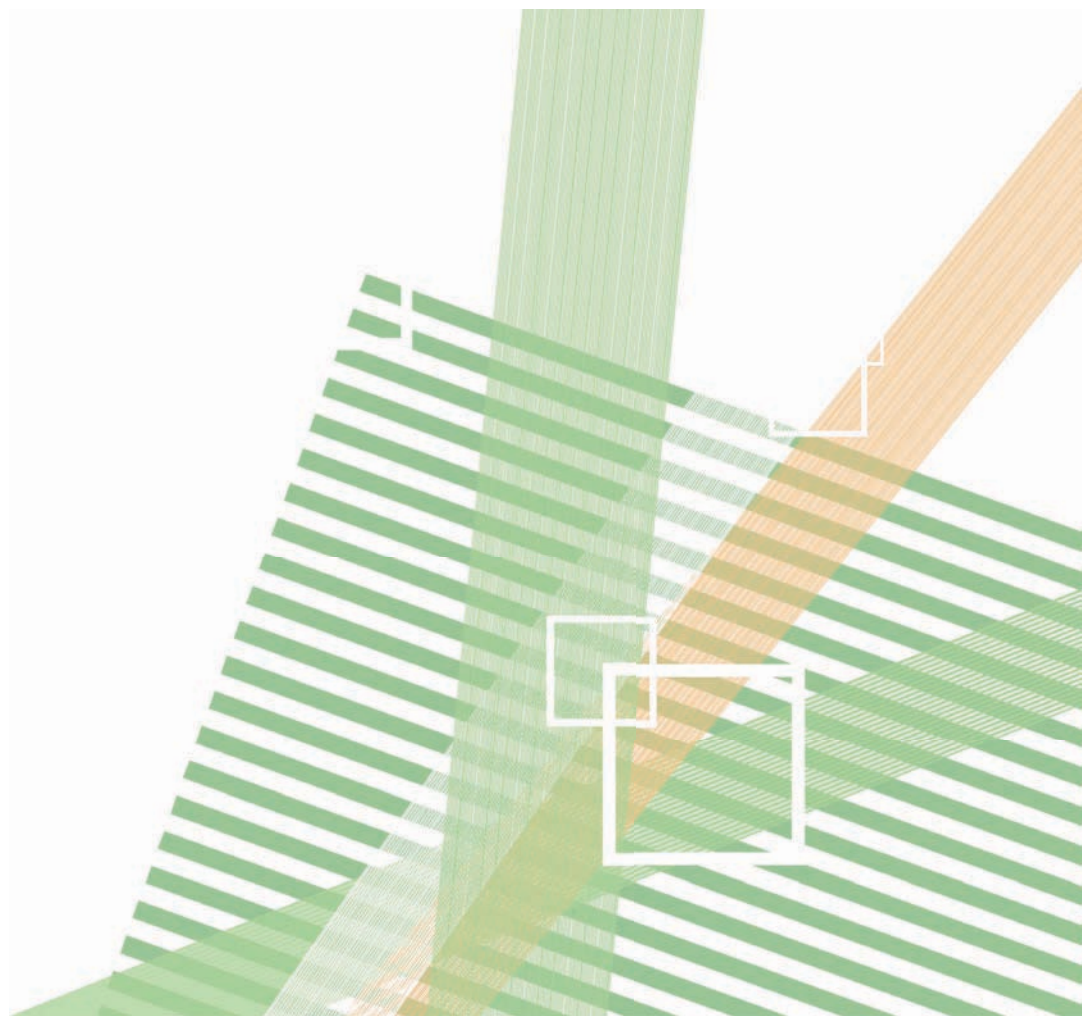
Conselho Fiscal

Presidente	Eunice da Graça da Luz (CCV)
Vice-Presidente	Raimundo Duarte Monteiro (IMPAR)
Vogal	Daniel do Rosário dos Santos (INPS)

Os Membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 25 de Julho de 2008



DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL





Direcção Administrativa

Emanuel Évora Gomes

Director

Direcção de Informática

Jorge Henrique Lima

Director

Direcção Financeira e Internacional

Manuel Sanches Tavares Júnior

Director Adjunto

Direcção Comercial

Maria Júlia do Rosário Ferreira

Directora

Direcção dos Recursos Humanos

Ricardina Andrade

Directora

Direcção da Contabilidade

Serge Santos

Director Adjunto

Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária

Octávio Augusto Silva Melo

Coordenador de Gabinete

Direcção de Assuntos Jurídicos

Maria de Lourdes Lobo de Pina

Directora

Gabinete de Auditoria Interna

Antónia Maria Resende Cardoso

Chefe de Serviço

Gabinete de Marketing

Helder Manuel da Graça da Luz

Chefe de Serviço

Gabinete de Organização e Qualidade

Célia Maria Barreto Santos

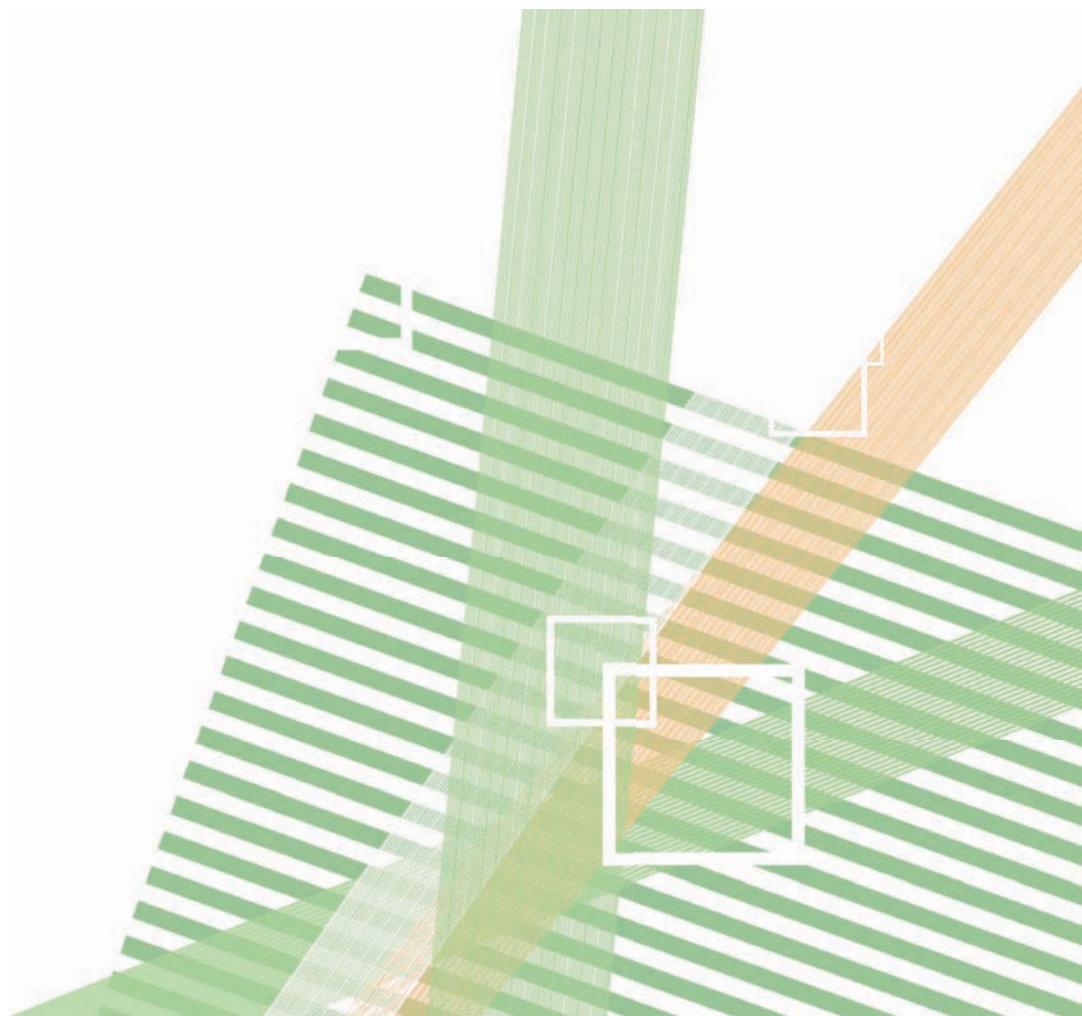
Directora Adjunta

Agência de Assomada	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Achada de Santo António	Katia Antunes <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Fazenda	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Plateau	Tatiana Barbosa <i>Gerente</i>
Agência de Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Santa Maria (Sal)	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Aeroporto Amílcar Cabral (Sal)	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Av. 5 de Julho	Águeda Cardoso da Graça <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Monte Sossego	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência de Palmarejo	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência de S. Filipe – Fogo	Lídia Marcelina Barbosa Vasconcelos <i>Gerente</i>

Agência da Calheta da S. Miguel	Julião Manuel Rocha Semedo <i>Sub-Gerente</i>
Agência de Aeroporto da Praia	Emanuel Andrade Semedo
Agência do Centro Comercial Sucupira	<i>Gerente</i>
Agência de Achada S. Felipe, Praia	João Carlos Barros <i>Assessor</i>
Agência do Tarrafal, Santiago	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência Fonte Cónego	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência do Coculi, S. Antão	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Paúl, S. Antão	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência de Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Sal-Rei, Boavista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Santa-Cruz, Santiago	José Jorge Silva <i>Gerente</i>
CAIXA Empresas	Mário Fernandes <i>Gerente</i>
Agência dos Mosteiros	Lídia Marcelina Barbosa Vasconcelos <i>Gerente</i>



CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Estimados Accionistas, Clientes e Amigos,

É com muita satisfação que, chegados ao fim de mais um exercício económico, podemos afirmar que a Caixa Económica continua o seu percurso de afirmação e de consolidação da sua posição no mercado, tendo conseguido, no decurso do ano findo, resultados globalmente satisfatórios.

Não obstante a conjuntura internacional desfavorável e um certo abrandamento do ritmo de crescimento da economia nacional, a Caixa continuou a crescer, tendo atingido as metas de crescimento de Depósitos e da Carteira de Crédito fixados para o ano, bem como dos Resultados Brutos Operacionais, ao mesmo tempo que viu o seu Activo Líquido registar um crescimento de 13%, para atingir os 30.576.056 contos em Dezembro de 2008, levando, desde modo, a instituição a elevar a sua quota de mercado de mercado global (Depósitos + Créditos) de 27,4% para 29,4%.

Para suportar as suas actividades, a instituição prosseguiu com a sua política de expansão da sua rede comercial com a abertura de mais duas agências, uma em Pedra Badejo e outra na Vila de Sal Rei, Boa Vista, ao mesmo tempo que procedeu à reestruturação da sua estrutura orgânica consentânea com o novo plano de desenvolvimento estratégico, assente numa visão que a projecta como o melhor banco universal de Cabo Verde, que se quer reconhecido pelo seu elevado nível de modernização tecnológica e de inovação, orientado essencialmente para o mercado de retalho, dos Particulares Residentes e Emigrantes, e das Empresas.

Importa referir, neste particular, que esses importantes instrumentos de gestão foram concebidos na sequência das alterações operadas a nível dos órgãos sociais do banco, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 25 de Julho de 2008, com realce para o Conselho de Administração e Comissão Executiva, cuja equipa foi totalmente renovada.

Com vista a dotar a instituição de condições condignas e à altura das suas ambições estratégicas,

para além da abertura das duas agências supra referidas, deu-se passos importantes a nível das instalações, com a celebração do contrato de empreitada da construção da Sede Social da Caixa Económica, ficando, assim, criadas as condições para a edificação de um marco arquitectónico e histórico para a instituição, seus trabalhadores e, quiçá, o próprio país.

Outras decisões importantes levadas a cabo neste domínio prendem-se com o início da construção da nova agência em Sal-Rei, Ilha da Boavista, e das obras de ampliação da Agência da Assomada, para além da identificação dos espaços para a abertura de agências em várias ilhas, nomeadamente, Maio, S. Antão, mais concretamente em Porto Novo, e S. Nicolau.

Estamos, pois, confiantes de que, em 2009, a Caixa, não obstante as incertezas que pairam sobre a economia global devido à profunda crise financeira internacional, com o novo e ambicioso plano estratégico delineado para os próximos anos, aliado à muita abnegação que os trabalhadores da Caixa têm demonstrado no desempenho das suas funções, irá enfrentar com sucesso os desafios de mercado.

Estamos em crer que estão reunidas as condições básicas para o banco imprimir um novo impulso ao seu processo de desenvolvimento, com base em inovação e modernização das suas infra-estruturas físicas e tecnológicas e uma aposta forte na valorização e motivação dos seus Recursos Humanos, de modo a reforçar o seu posicionamento competitivo no mercado para, deste modo, criar cada vez mais valor para os seus accionistas e trabalhadores a um nível que a todos satisfaçam.

As últimas palavras são de agradecimento para os nossos Clientes, pela sua preferência, os Accionistas pela sua escolha e confiança depositada em nós, e, muito em especial, os nossos estimados colaboradores pelo inesgotável profissionalismo e lealdade que nos demonstraram ao longo do ano.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à Caixa Económica de Cabo Verde.

Aos membros do Conselho Fiscal, o nosso agradecimento pelo profissionalismo evidenciado no acompanhamento da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

Presidente -

Dr. Emanuel de Jesus da Veiga Miranda



Vice-Presidente -

Dr. Eduardo José da Silva Farinha



Vogal -

Dr. Leonesa Maria do Nascimento Lima Fortes



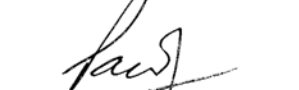
Vogal -

Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos



Vogal -

Dr. Paulino Baptista Dias Jesus



Vogal -

Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes



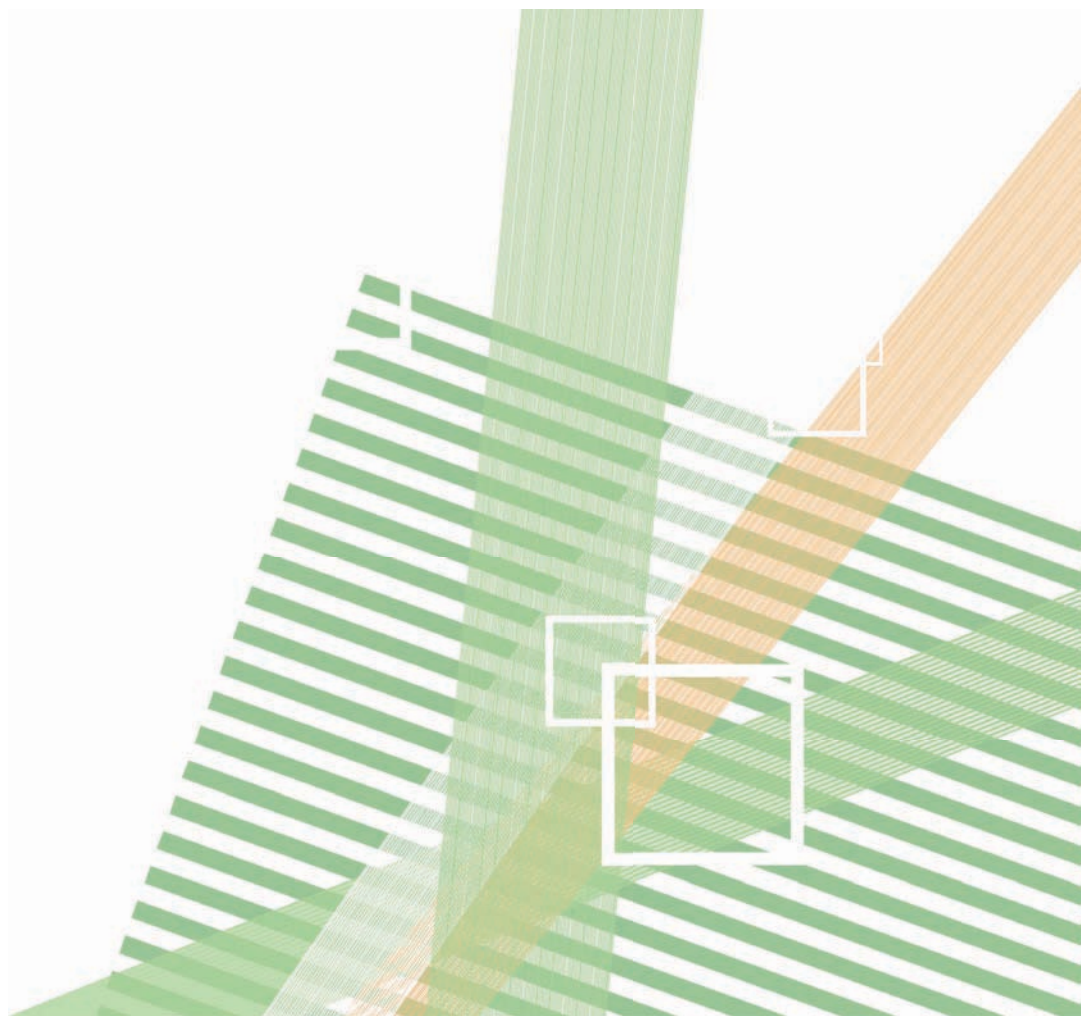
Vogal -

Dr. Virgílio Manuel Boavista Lima





PRINCIPAIS INDICADORES

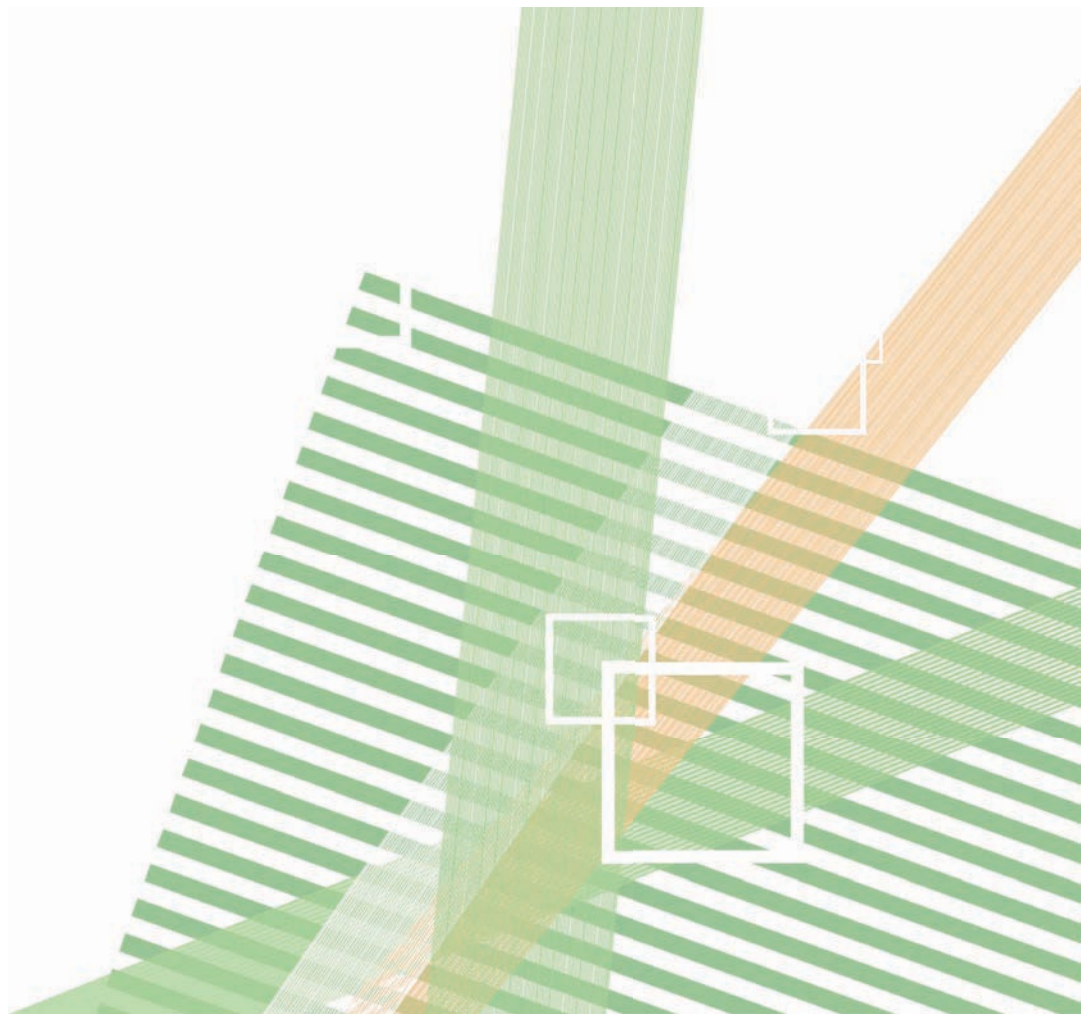




Indicadores	Unidades	2008	2007
1. Dimensão			
Activo Líquido	Mil contos	30.576,0	26.984,6
Varição	%	13,0	6,0
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	Mil contos	2.187,1	2.053,6
Crédito sobre Clientes (Líquido)	Mil contos	18.522,9	15.800,3
Depósitos de Clientes	Mil contos	27.235,7	23.924,0
Trabalhadores	Unidades	222	213
Agências e Outras Formas de Representação	Unidades	33	32
Agências	Unidades	25	23
Delegações nos Correios	Unidades	8	9
2. Rendibilidade			
Resultado Líquido do Exercício	Mil contos	272,5	471,6
Cash Flow do Exercício	Mil contos	1.096,2	719,1
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	%	0,95	1,80
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	%	12,85	25,15
3. Prudências			
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	%	10,1	10,7
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / F. Próprios)	%	32,2	32,0
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	%	33,7	18,3
4. Funcionamento			
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income)	%	55,4	56,1
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	8.241	7.246
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	4.721	3.559,9



1 • CONSIDERAÇÕES GERAIS





No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas, referentes ao Exercício de 2008.

1.1 Enquadramento das Actividades

1.1.1 Conjuntura Internacional

A conjuntura internacional referente ao ano de 2008 caracterizou-se por uma evolução decrescente das actividades económicas ao longo do ano, com uma estimativa de crescimento real a nível mundial na ordem dos 2,9%.

Teme-se por uma queda acentuada do nível de crescimento da economia em 2009, na medida em que nos finais de 2008 as principais economias encontravam-se em recessão, estagnação ou forte abrandamento, e a queda da actividade foi mais rápida e acentuada que o esperado.

O crescimento mundial continua sendo impulsionado pelas principais economias emergentes, com especial destaque para a China com 9,0% de crescimento, Ásia Emergente com 7,2% e Europa Emergente com 7,7%.

A Economia Americana terá crescido à volta de 1,4% como consequência da crise do sector financeiro.

As pressões inflacionistas devidas, como consequência da subida geral dos preços das matérias-primas e dos produtos energéticos, registam uma inversão de tendência no último trimestre de 2008. Nos Estados Unidos a inflação situou-se nos 4,3% contra 2,9% em 2007. Na Zona euro ela atingiu os 3,0% contra 2,1 em 2007.

O preço do petróleo registou uma trajectória ascendente durante o primeiro semestre do ano, batendo todos os máximos históricos, ultrapassando os 130 USD/Barril, enquanto durante o segundo trimestre conheceu uma trajectória descendente muito vertiginosa, atingindo o valor mais baixo desde Março de 2005. Esta escalada de preço deve-se essencialmente à agudização da crise financeira internacional que, por seu turno provocou um abrandamento acelerado da economia mundial e consequentemente um arrefecimento acentuado ao nível da procura.

1.1.2 Conjuntura Nacional

A análise dos dados da economia nacional, não obstante a conjuntura internacional, revela uma evolução positiva e forte da actividade económica em 2008, segundo fontes do FMI.

O indicador do clima de investimento revela uma estabilização das expectativas dos investidores, enquanto que os dados referentes às despesas, revelam uma desaceleração do ritmo de crescimento desta variável.

As pressões inflacionistas, devidas ao mau ano agrícola e à subida do preço dos produtos energéticos registados em 2007 e primeiro semestre de 2008, conheceram uma diminuição significativa no último trimestre. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, a inflação (média anual) situou-se em 6,8%, registando-se, assim, uma inversão da tendência crescente verificada em ao longo dos primeiros três semestres.

O crescimento do PIB deverá situar-se nos 6,4% segundo fontes do Banco de Cabo Verde.

Os agregados monetários de crédito vão ficar dentro do programado pelo Banco de

Cabo Verde, ou seja um crescimento de 29,6% para o crédito interno, um crescimento de 7,9% para a Massa Monetária e um crescimento de 28,8% para o crédito á economia.

Os Activos Externos Líquidos do Banco Central registaram um crescimento de 7,9%, enquanto o Activo Externo dos bancos comerciais registou uma diminuição de 125,0%.

O excesso de liquidez no sistema bancário caracterizou o ano de 2008, sobretudo durante a primeira metade, tendo o Banco Central, para minimizar os riscos que o excesso de liquidez representa para a estabilidade dos preços, procedido à colocação no mercado de títulos próprios, (TRM e TIM), absorvendo desta forma o excesso de liquidez então existente.

Entretanto, comparativamente ao ano anterior, os sinais de esterilização da liquidez são muito mais evidentes.

O défice orçamental deverá atingir 0,9% do PIB em Dezembro de 2008, contra 5,9% em 2007, evidenciando um crescimento das receitas na ordem dos 13% e das despesas na ordem dos 11,0%.

Indicadores da Economia Cabo-Verdiana

Designação	2007	2008
Produto Interno Bruto	6,4%	5,9%
Inflação	4,5%	6,8%
Crédito Interno Total	6,1%	18,8%
Massa Monetária	13%	7,9%

A nível da intervenção do Banco Central, registou-se uma subida acentuada nas taxas de juro, tendo-se fixado, com efeito a 27 de Outubro, da seguinte forma:

A Taxa de Redescuento - 7,5%;

A Facilidade Permanente de Cedência - 8,25%;

A Taxa de Regulação Monetária (TRM) - 5,25%

A Facilidade Permanente de depósito passou de - 2,75%.

A nível da supervisão bancária, o exercício ficou marcado pelo alargamento do prazo de implementação das Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF). A maioria dessas regras vem aumentar o nível de exigências, tanto em termos de organização interna, como em termos de indicadores prudenciais.

Fruto da forte concorrência existente no mercado, as taxas de juro das operações activas continuaram a descer, atingindo, em certas operações, níveis excessivamente baixos, diminuindo consideravelmente a margem financeira dos bancos.

1.2 Principais Aspectos Institucionais

Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de Julho de 2008 foram reconstituídos os Órgãos Sociais do banco, tendo o INPS, na qualidade de principal accionista, assumido, cumulativamente, as funções de presidente, tanto do Conselho de Administração, como da Comissão Executiva, tendo sido eleito para tais funções o representante Emanuel de Jesus Miranda. A nível da Comissão Executiva, que foi totalmente renovada, passaram a integrar este órgão um representante dos Correios de Cabo Verde, SARL, e um dos accionistas privados nacionais.

Igualmente, houve alteração a nível da Assembleia-geral, cuja presidência, que até então estava a cargo do Montepio Geral, passou a ser exercida pelo INPS. O Conselho

Fiscal continuou sendo composto pelos representantes dos accionistas Correios de Cabo Verde, que preside, INPS e Impar.

Em termos de estrutura accionista da instituição, não se registaram quaisquer alterações, estando o seu Capital Social distribuído da forma indicada no quadro abaixo:

Distribuição do Capital Social

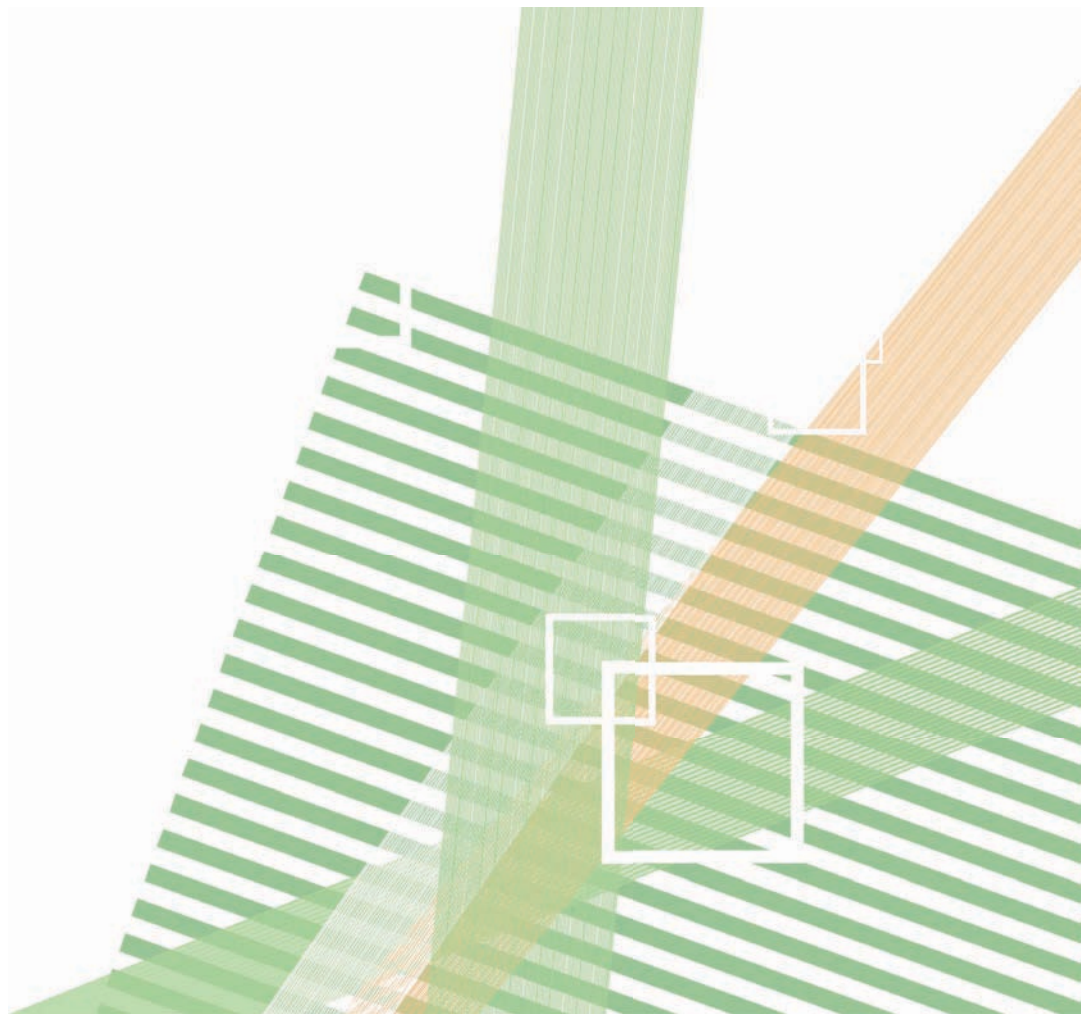
Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral-Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar - Companhia Cabo-verdiana de Seguros	39.247	11,3%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local*	26.069	7,5%
Outros Subscritores	22.737	6,5%
Trabalhadores	2.921	0,8%
Total	348.000	100,0%

*Grupo de 51 empresários e quadros nacionais

Em 31 de Dezembro de 2008, a Caixa Económica de Cabo Verde tinha um volume de acções cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde representando 60% do seu Capital Social, à razão de 6.500\$00 por acção.



2 • SÍNTESE DA ACTIVIDADE





A Caixa Economica de Cabo Verde teve um desempenho bastante positivo, tendo atingido os objectivos de crescimento de depósitos e da carteira de crédito fixados para o ano, bem assim como dos Resultados Brutos Operacionais (antes das provisões) propostos para 2008.

A Instituição continuou a sua política de alargamento da rede de balcões com a abertura de mais duas agências.

Os Depósitos de Clientes registaram um crescimento de 14,2%, atingindo os 27.206.471 contos contra 23.828.743 contos registados em 31 de Dezembro de 2007.

O Crédito Bruto total registou um crescimento de 22%, atingindo 21.434.033 contos, contra os 17.567.301 contos registados em 2007.

A quota de mercado da Caixa Economica nos Depósitos Totais aumentou, situando-se em 29,8% no final de 2008, contra 26,6% em 2007, o que representa um ganho de 3,2 p.p.

No Crédito Interno, a quota de mercado da Caixa Económica atingiu 29%, contra os 28,3% em 2007, enquanto que a quota do Crédito à Economia situou-se em 33%, contra os 35% registados no ano anterior.

Os aumentos das quotas de mercado nos Depósitos e nos Créditos fizeram aumentar para 29,4% a quota de mercado global (Depósitos + Créditos) da Caixa.

O Activo Liquido registou um crescimento de 13%, atingindo os 30.576.056 contos em Dezembro de 2008, contra 26.984.670 contos em 2007.

O Resultado Liquido do Exercício foi de 272.568 contos, o que representa uma diminuição de 42% em relação a 2007. Esta diminuição deve-se ao reforço das provisões líquidas que ascenderam a 672.298 contos, contra 140.241 do ano 2007, representando um aumento de 379%.

Em consequência da diminuição do Resultado Líquido, a Rendibilidade do Activo (ROA) baixou para 0,95% e a rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) atingiu os 12,8%, contra 25,1% em 2007.

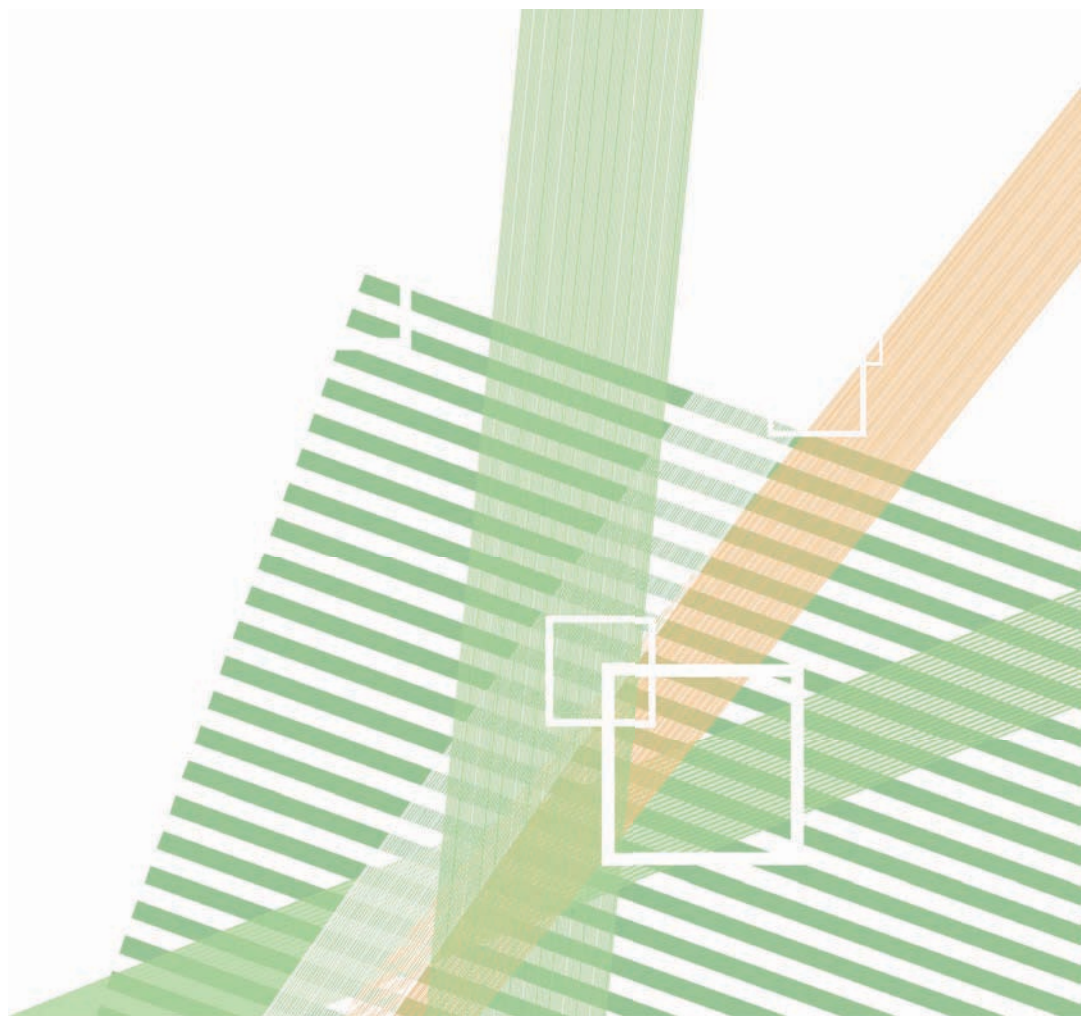
Com o reforço das provisões para crédito vencido registou-se uma melhoria do nível de cobertura por provisões, o qual passou de 18,3% em 2007 para 33,7% em 2008.

A qualidade dos créditos melhorou em relação a 2007, passando o rácio do crédito vencido de 20,4% para 17,2%, em 2008.

O Rácio de Solvabilidade atingiu 10,1% devido ao crescimento do crédito concedido, contra os 10,7% constatados em 2007.



3 • ACTIVIDADE BANCÁRIA





3.1 Depósitos

Os Depósitos Totais em 2008 atingiram o valor de 27.206.471 contos, contra 23.828.742 contos em 2007, o que representa um crescimento de 14.2%. O maior crescimento verificado foi a nível dos Depósitos a Prazo de Residentes, com um crescimento de 27,1%, ou seja, mais 1.452.044 contos.

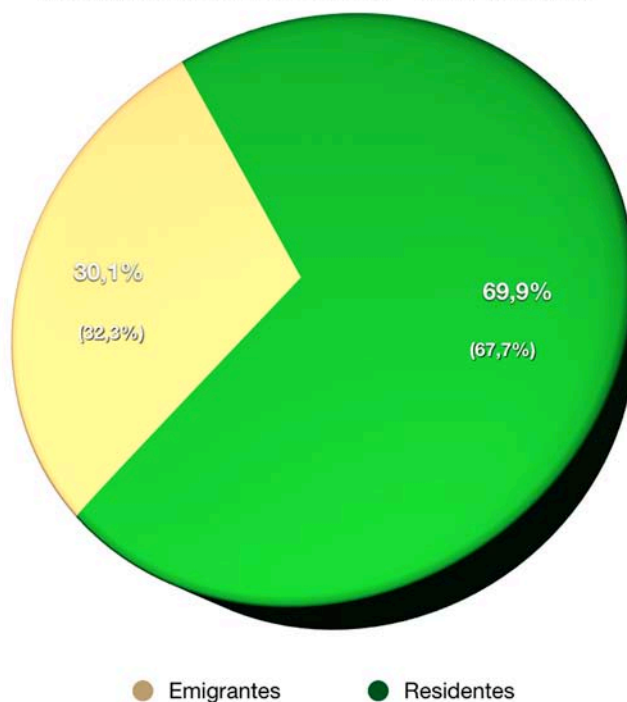
Os Depósitos dos Emigrantes, importantes impulsionadores do crescimento dos depósitos da Instituição, têm vindo a registar, nos últimos dois anos, um crescimento moderado. Assim, em 2008, os Depósitos Totais dos emigrantes aumentaram 6,6% contra 6,3% em 2007, enquanto que os Depósitos a Prazo Emigrante conheceram um crescimento de 5,5%, ou seja, um ganho de 1.9 p.p. em relação ao ano 2007.

Em consequência, o peso dos Depósitos de Emigrantes no Total Depósitos diminuiu de 32,3% em 2007 para 30,1% em 2008.

Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (Milhares de Escudos)

Designação	31-Dez-08 Realizado	31-Dez-07 Realizado	Crescimento 2008	
			Valor	%
Residentes				
Depósito à Ordem	11.800.987	10.771.817	1.029.170	9,6%
Depósito a Prazo	6.813.363	5.361.319	1.452.044	27,1%
Bilhetes Tesouro	390.000	0	390.000	
Total Residentes	19.004.350	16.133.136	2.871.214	17,8%
Emigrantes				
Depósito à Ordem	1.223.162	1.077.423	145.739	13,5%
Depósito a Prazo	6.978.959	6.618.184	360.775	5,5%
Total Emigrantes	8.202.121	7.695.607	506.514	6,6%
Depósitos Totais	27.206.471	23.828.743	3.377.728	14,2%

Repartição Depósitos Emigrantes - Residentes 2008

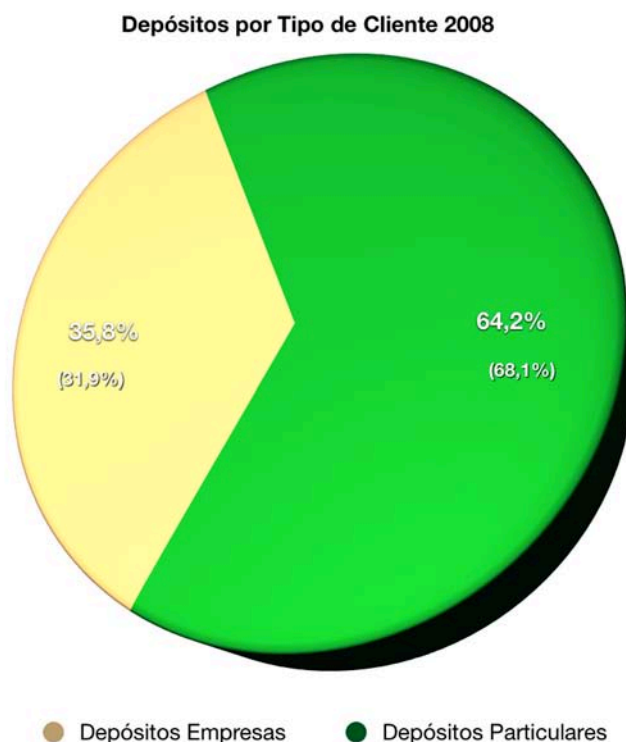


Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

Depósitos das Empresas e dos Particulares (Milhares de Escudos)

Depósitos	31-Dez-2008 Realizado	31-Dez-2007 Realizado	Crescimento 2008 Valor	%
Depósitos Particulares	17.468.189	16.220.516	1.247.674	7,7
Depósitos Empresas	9.738.282	7.608.227	2.130.055	28
Total	27.206.471	23.828.743	3.377.728	14,2

A quota-parte dos Depósitos das empresas nos Depósitos Totais aumentou, em 2008, para 35,8%, contra os 31,9% alcançados em 2007, em consequência do forte crescimento verificado neste segmento.



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

3.2 Créditos

A nível da actividade creditícia, a Caixa Economica manteve elevados níveis de crescimento em 2008. O Crédito Bruto atingiu o montante de 21.434.086 contos, incluindo 1.154.081 contos de obrigações de empresas, o que representa um aumento de 3.866.785 contos (+22% face a 2007).

A subscrição de obrigações das empresas através da Bolsa de Valores de Cabo Verde tem constituído uma alternativa de aplicação de fundos para os bancos nacionais. Com as referidas obrigações, o Crédito às Empresas representava em 31 de Dezembro de 2008 42,8% da Carteira Total, contra 38,2% em 2007.

O Crédito às Empresas cresceu 36,8%, contra 27,7% em 2007, com destaque para o Crédito à Tesouraria que aumentou 71.2%.

Por seu lado, o Crédito a Particulares cresceu 12,9%, contra os 15,3% do ano 2007, o que fez diminuir o seu peso na Carteira de Crédito de 61,8% em 2007 para 57,2%.

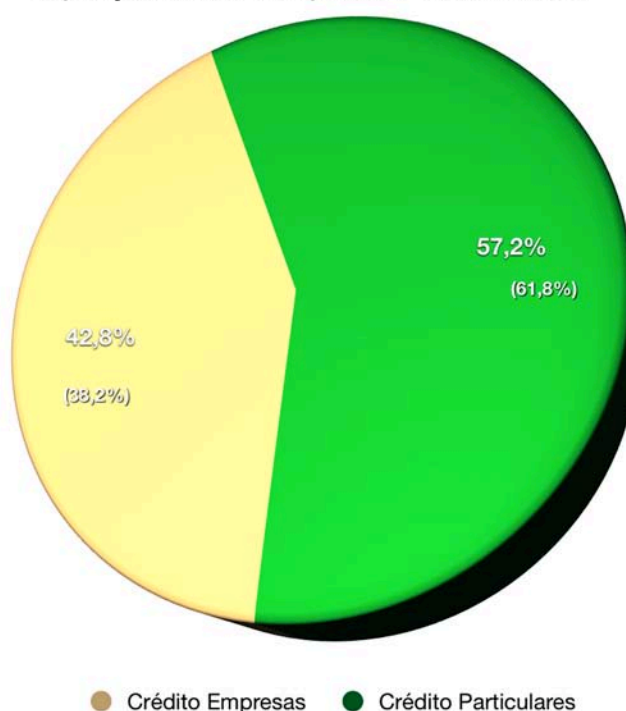
A nível do Crédito a Particulares, o destaque vai para o Crédito à Habitação, com um crescimento de 10,2%, ou seja, 747.041 contos em termos absolutos.

De realçar que, no âmbito da legislação do Banco Central sobre a Classificação do Crédito e Constituição de Provisões, deu-se continuidade ao abatimento do Activo dos créditos em classe V há mais de seis meses, com a constituição das respectivas provisões em 100%. O valor abatido até 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 456.722 contos.

Evolução do Crédito Bruto (Contos)

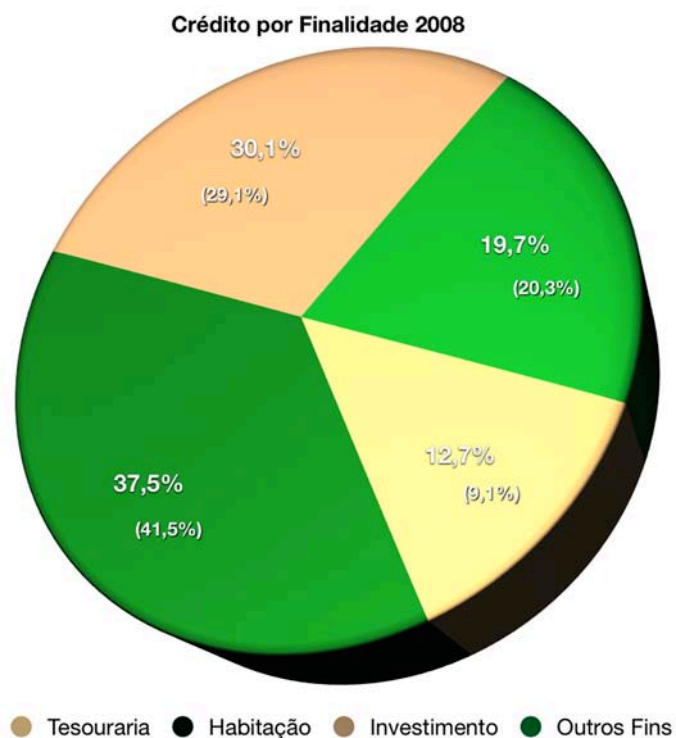
Créditos	31-Dez-2008 Realizado	31-Dez-2007 Realizado	Crescimento 2008 Valor	%
Particulares				
- Habitação	8.045.131	7.298.090	747.041	10,2%
- Outros Fins	4.213.008	3.559.376	653.632	18,4%
Total Particulares	12.258.138	10.857.466	1.400.672	12,9%
Empresas				
- Investimento	6.446.952	5.115.624	1.331.328	26,0%
- Tesouraria	2.728.995	1.594.211	1.134.785	71,2%
Total Empresas	9.175.948	6.709.835	2.466.113	36,8%
Total Créditos	21.434.086	17.567.301	3.866.785	22,0%

Repartição do Crédito Empresas - Particulares 2008



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

Apesar da importância crescente do Crédito à Tesouraria e do Crédito para Outros Fins, o Crédito à Habitação continua a ser o de maior peso na carteira de crédito da Caixa (37,5%), não obstante a diminuição gradual do seu peso em relação aos anos anteriores.



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2007.

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade mostra que o crédito a médio e longo prazo (maturidade superior a 1 ano) constituía 89,6% do total, no final de 2008.

Evolução de Crédito Normal por Prazos (Milhares de Escudos)

Designação	2008 Valor	%	2007 Valor	%	Variação Valor	%
Curto Prazo	1.874.897	10,4	893.905	6,3	980.992	109,7
Médio Longo Prazo	16.075.779	89,6	13.352.914	93,7	2.722.865	20,4
Total	17.950.676	100,0	14.246.819	100,0	3.703.857	26,0

Em termos de contratação de créditos, foram realizados durante o exercício de 2008 6.718 contratos, no valor total de 8.074.847 contos, evidenciando um crescimento de 38,1% em relação a 2007. Neste particular, realce-se o forte crescimento do Crédito à Tesouraria (91,7%) e do Crédito ao Investimento (44,6%).

O crédito aprovado registou uma evolução positiva de 41%.

Em termos de procura de crédito, traduzida em pedidos entrados, registou-se um aumento de 7% em relação ao ano 2007.

A grande procura centra-se no Crédito à Tesouraria, enquanto que denota-se uma ligeira diminuição dos pedidos de Crédito à Habitação e ao Investimento.

3.3 Crédito e Juros Vencidos

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor do Crédito e Juros Vencidos era de 3.483.410 contos contra 3.341.388 contos em 2007, o que representa um ligeiro aumento de 4,3%.

Contribuíram para este aumento o crédito concedido aos particulares que cresceu 8,1% em relação ao ano 2007, com destaque para o crédito ao consumo que registou um crescimento de 28%.

O segmento de particulares continua a ter um rácio de crédito vencido muito inferior ao do segmento das empresas.

O Crédito à Habitação continua sendo o de menor risco na carteira de crédito da instituição, não obstante o seu peso na carteira vencida, decorrendo este facto das alterações introduzidas na contabilização dos créditos em que as prestações vincendas dos créditos em situação irregular passaram, desde de 2007, a estar contabilizadas como vencidas.

O rácio total passou de 20,3% em 2007 para 17,2% em 2008 evidenciando uma descida de 3,1 pontos percentuais.

Esta diminuição do rácio resulta essencialmente dos bons resultados conseguidos na recuperação do crédito e do abatimento ao activo dos créditos na classe V há mais de seis meses, em conformidade com o Aviso 4/2006, no montante de 75.600 em 2008.

O rácio de Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, também evoluiu positivamente, passando de 18,3% em 2007 para 33,7% em 2008.

3.4 Aplicações Financeiras

A nível do mercado da dívida pública, à semelhança dos anos anteriores, a Caixa teve uma participação muito reduzida.

A taxa de juros dos Bilhetes de Tesouro estabilizou-se em cerca 3,5% e a das Obrigações de Tesouro, em cerca 5,5%.

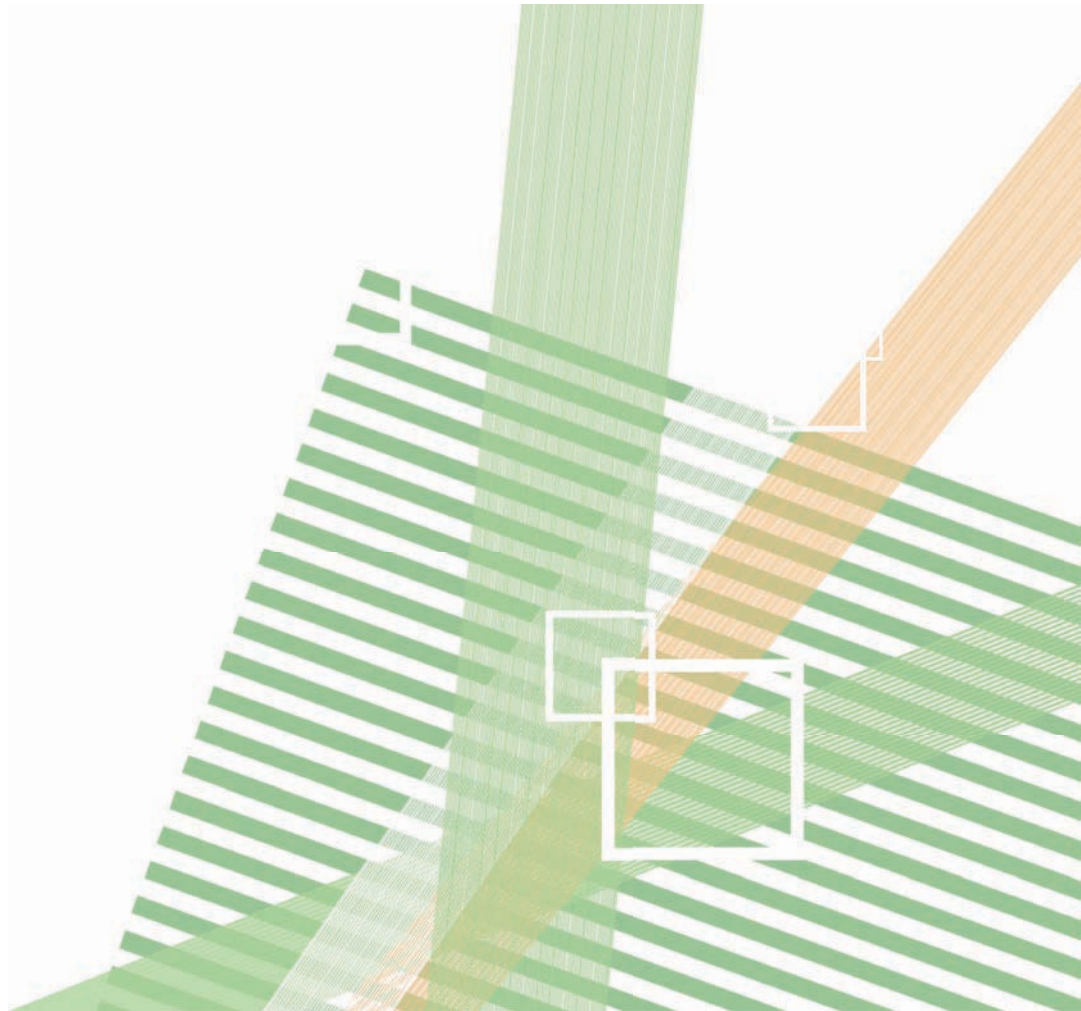
O Banco Central continuou a utilizar os Títulos de Regulação Monetária (TRM) e os Títulos de Intervenção Monetária (TIM) para absorver excesso de liquidez no sistema bancário, tendo a Caixa recorrido a estes instrumentos para aplicar os excessos temporários de liquidez.

A nível do Mercado de Capitais registaram-se os lançamentos das Ofertas Públicas de Subscrição das obrigações do Banco Interatlântico, da Imobiliária Fundiária e Habitat (IFH) e da SOGEI, tendo a Caixa participado dos consórcios de colocação.

Destaca-se também a participação activa da Caixa enquanto Intermediário Financeiro junto da Bolsa de Valores nas operações de compra e venda de títulos por conta dos seus clientes.



4 • *GESTÃO DOS MEIOS*





4.1 Recursos Humanos

Na CECV prosseguiu com a sua política de valorização dos seus colaboradores assente numa nova visão de cultura de gestão orientada para os objectivos, para a valorização individual, para uma comunicação directa e ampla, para a delegação associada à confiança, à promoção do trabalho em equipa e à valorização de talentos internos.

Alinhada com o desenvolvimento humano, a CECV prosseguiu com acções estruturadas para capacitar os seus colaboradores de todas as áreas (técnicos, executivos, administrativos) e que são oferecidas a qualquer colaborador interessado em desenvolver-se, pessoal e profissionalmente, com o objectivo é capacitar e actualizar constantemente os seus colaboradores para enfrentarem os novos desafios do mercado financeiro.

4.1.1 Actividades Relevantes

- A publicação periódica da Revista Interna Nós Caixa, distribuída a todos os colaboradores, que aborda temas como a produtividade, a responsabilidade social, a qualidade, a tecnologia, o mercado e outros assuntos específicos do negócio bancário.
- Realização, em Novembro de 2008, na ilha do Sal, dum “Encontro de Chefias” da CECV. O objectivo do encontro foi o de promover uma reflexão conjunta das questões fundamentais para o desenvolvimento, a eficácia e a eficiência da CECV e alinhá-las com o seu novo Plano Estratégico.

Este evento contou com a participação de 44 chefias, de diferentes níveis, e os resultados foram considerados, por todos, excelentes.

4.1.2 Caracterização dos Efectivos

O número total de colaboradores da CECV, a 31 de Dezembro de 2008, era de 222 (duzentos e vinte e dois), sendo 184 do Quadro de Pessoal, 35 com contratos a termo e 3 de licença de longa duração. Dos em efectividade, 110 são mulheres e 112 são homens. A média de idade situava-se nos 36 anos. Relativamente às qualificações, 45% têm formação superior.

Houve um aumento de 213 colaboradores, em 2007, para 222, em 2008. Apesar da contratação 12 novos colaboradores em 2008, o aumento total foi de 9, pois 3 colaboradores saíram da CECV.

Quadro1. Caracterização geral dos efectivos

Caracterização geral dos efectivos	2008
Total de Colaboradores	222
Média das idades	36
Média das Antiguidades	7,9
% Homens	51%
% Mulheres	49%
% Colaboradores com formação Superior	45%
Participantes em acções de formação interna	44
Participantes em acções de formação externa	51

Quadro 2. Composição dos efectivos

Composição dos efectivos				Composição dos efectivos			
Composição do efectivo	2007			Composição do efectivo	2008		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
Quadro de Pessoal	76	80	156	Quadro de Pessoal	93	91	184
Licença sem Vencimento	4	0	4	Licença sem Vencimento	1	2	3
Contratados a Termo	27	26	53	Contratados a Termo	18	17	35
Total de Efectivo	107	106	213	Total de Efectivo	112	110	222

4.1.3 Formação e Desenvolvimento

Manter os profissionais motivados e bem treinados é essencial ao bom desempenho da instituição. Por esse motivo, a Caixa observa uma política de formação que visa oferecer aos seus colaboradores oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo, através de participação em cursos promovidos interna ou externamente.

Os investimentos em formação, no ano 2008, foram de 6.297.018,00 ECV, com uma taxa de participação de 20% nas acções de formação interna e 16% em acções externas.

Formação Interna	Nº de Participantes
Integração de novos colaboradores	12
Desenvolvimento de Competências de Chefia	17
Club 500 Edição 2008	15
Total de participantes	44

Formação Externa	Nº de Participantes
Avaliação Imobiliária	3
Gestão de Activos	4
Intermediação Bancária e Produtos da Bolsa	2
Curso Avançado - Estrutura Temporal das Taxas de Juro	2
Credenciação de Avaliadores de Imóveis	3
Normas internacionais de contabilidade e os impactos fiscais da sua implementação	3
Elaboração, Avaliação e Financiamento de Projectos de Investimento	7
Aspectos Práticos e Técnicos da implementação do Sistema de Normalização Contabilística em CV	4
Emissão e Gestão de Cartões Bancários	4
Seminário de Marketing	3
Total de participantes	35

4.1.4 Mobilidade de Pessoal

Em 2008, a Caixa admitiu 12 novos colaboradores e deixou de contar com 3, pelo que o aumento líquido do efectivo foi de 09. Todas as saídas foram por cessação de contrato.

A prática de mobilidade continua a ser uma aposta forte da instituição, por forma a manter a motivação e aumentar o estímulo à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Integração no quadro de pessoal 2008

Técnico Superior	10
Técnico Administrativo	16
Técnicos de Apoio	1
Total	27

Estagiários 2008

Total de Solicitações	40
Estagiários	3
Solicitações não atendidas	37
Recrutados	0

Candidaturas 2008

Candidaturas Espontâneas	648
Total de Candidatos Avaliados	0
Total de Recrutados	0

4.2 Recursos Tecnológicos e Informáticos

O desenvolvimento da 1ª fase do projecto de telefonia IP (TIP) e a continuidade do Projecto de Reestruturação de Rede, Sistema e Comunicação (PRRSC) da CAIXA Económica de Cabo Verde marcaram as actividades da Direcção Informática para o ano de 2008.

No âmbito desses projectos, todas as Agências e Serviços Centrais da Caixa Económica foram dotados de novos equipamentos de comunicação (Router's e Switch's) visando criar condições para a implementação do TIP.

Foram desenvolvidas aplicações complementares à aplicação Banka, de modo a dar respostas às necessidades da Caixa, nomeadamente, com a criação de novos produtos e melhorias de processos.

Foram também desenvolvidas acções visando melhorar o circuito de comunicações das agências e das delegações que funcionam em On-Line.

Igualmente, foram efectuadas varias acções de formação e treino para as equipas das agências abertas em 2008.

4.3 Organização e Qualidade

Tornar a nossa organização mais sólida e competitiva, de forma a melhorar o seu desempenho é o objectivo traçado pela Caixa Económica.

Em 2008, a Caixa Económica, culminou várias acções já iniciadas anteriormente e iniciou outras que no seu conjunto visam a melhoria dos serviços prestados aos clientes.

4.3.1 Qualidade

No domínio da qualidade, dando continuidade à estratégia de redução de custos administrativos, de racionalização de processos e circuitos e tendo em vista o aumento

da eficácia e da produtividade, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Continuidade ao projecto de Centralização de actividade de balcão em estruturas de “back-office”, reduzindo o trabalho administrativo dos balcões;
- Implementação do sistema de Gestão de Reclamações e Sugestões de clientes, com o objectivo de melhorar os padrões de Qualidade e de serviço a Clientes;
- Elaboração e actualização de Normas de Procedimento com preponderância nos processos ligados ao desenvolvimento do negócio.

4.3.2. Organização Interna e Processos

Ao nível da Organização Interna, foram concluídos vários dos projectos em curso e encetados outros que visam a melhoria da produtividade e da qualidade da carteira de crédito, sendo mais relevantes as seguintes actividades:

- Conclusão da revisão da Estrutura Orgânica da Caixa Económica tendo, em conta a nova visão projectada para o novo plano estratégico;
- Revisão das atribuições da Direcção Comercial e integração na sua estrutura do Núcleo de Acompanhamento do Crédito (NAC)
- Criação de novos Códigos de Clientes, segundo os níveis de intervenção.
- Aprovação do modelo de Acompanhamento de Cliente. Essas medidas visam o acompanhamento do crédito como forma de prevenir o mal parado.

4.4 Instalações

No ano de 2008 foram desenvolvidas acções de expansão e melhoria da rede comercial, sendo de destacar as seguintes realizações:

- Celebração do contrato de empreitada da construção da Sede Social da Caixa Económica;
- Início da construção da nova agência em Sal-Rei, Ilha da Boavista;
- Início das obras de ampliação da Agência da Assomada;
- Identificação dos espaços para a abertura de agências em varias ilhas, nomeadamente, Maio, Santo Antão e S. Nicolau.

No âmbito da expansão da rede comercial, foram abertos 2 novos espaços comerciais, sendo um no Concelho de Santa Cruz, interior de Santiago, e outro em Sal Rei, Ilha da Boavista.

4.5 Marketing

O ano de 2008 foi o ano da comemoração dos 80 Anos da Caixa Económica, um evento à volta do qual foi desenvolvido um vasto programa de actividades, tendo como objectivo reforçar a presença e notoriedade da Caixa junto dos clientes e público em geral, tendo a instituição, para este efeito, promovido e incentivado várias actividades em diversos sectores, como a cultura, o desporto, a educação, etc.

Em 2008 a Caixa retomou a sua presença na FIC e participou na 12ª Feira Internacional de Cabo Verde (FIC2008), realizada na cidade da Praia, onde, para além da divulgação dos produtos e serviços, houve uma aposta forte na promoção da imagem institucional

da Caixa, dentro do quadro do programa comemorativo dos seus 80 anos.

Durante o ano de 2008 e com o objectivo de responder às necessidades e expectativas dos seus clientes, a Caixa Económica procedeu ao lançamento de novos produtos, de entre os quais merecem destaque o “CrediMultimédia”, que é uma linha de crédito destinada à compra de materiais informáticos, o “CrédiBolsa”, destinado aos estudantes universitários, bem como o reforço da campanha Internet Banking “Caixa Net” e da notoriedade e visibilidade da nossa instituição junto das comunidades cabo-verdianas na diáspora.

Houve também uma forte promoção de outros produtos e serviços, nomeadamente, os cartões Visa e “Caixa Não- Residentes”, as contas “Super Rendimento” e “Super Emigrante”, entre outros.

4.6 Novos Canais de Distribuição

No domínio dos meios de pagamento electrónico, destaca-se a instalação de 2 “ATM’s”, sendo uma na Agência de Santa Cruz e uma na Agência da Fazenda, ambas na Ilha de Santiago, elevando para 27 o número de ATM’s instalados pela Caixa, enquanto que o sistema, no seu todo, passou a contar com 109 “ATM’s” instalados, o que confere à Caixa, neste domínio, uma quota de mercado de 24,8%.

Quanto aos cartões de débito da Rede Vinti4, até Dezembro de 2008, foram produzidos 60.077 novos cartões, cabendo à Caixa a emissão de 17.159, o que corresponde a 28,6% do total de novas emissões. Relativamente ao número de transacções, a Caixa diminuiu a sua quota de 33,1% para 24,3%, de um total de 5.531.160.

Em termos de instalação de novos “POS”, a Caixa colocou mais 102 “POS”, aumentando, assim, a sua quota de mercado de 21,2% para os 25%. De notar que o sistema passou a

contar com 1.006 “POS” em 31 de Dezembro, contra os 704 “POS” em 2007.

Quanto às transacções feitas nos “POS”, registou-se um aumento da quota da Caixa, em relação a 2007, de 19,9% para 27,4%.

Em relação aos cartões “Visa”, durante o ano de 2008 a Caixa emitiu um total de 145 cartões, sendo 117 “Classic” e 28 “Gold”.

Quanto ao “Cartão Jovem” e Cartão Jovem Universitário” emitidos em parceria com a Direcção Geral de Juventude, em 2008 a Caixa emitiu um total de 195 cartões Jovem e 34 cartões Jovem Universitário.

Em relação ao serviço de “Internet Banking” “Caixanet”, em 2008 foram efectuados 1.602 contratos Particulares e 203 contratos Empresas.

Quanto as transacções feitas via “Caixa Net”, em 2007 foram efectuadas 214.392 transacções, sendo 6.147 consultas de saldo, 57.241 consultas de movimentos, 8.384 transferências Intra-bancárias e 860 transferências Interbancárias.

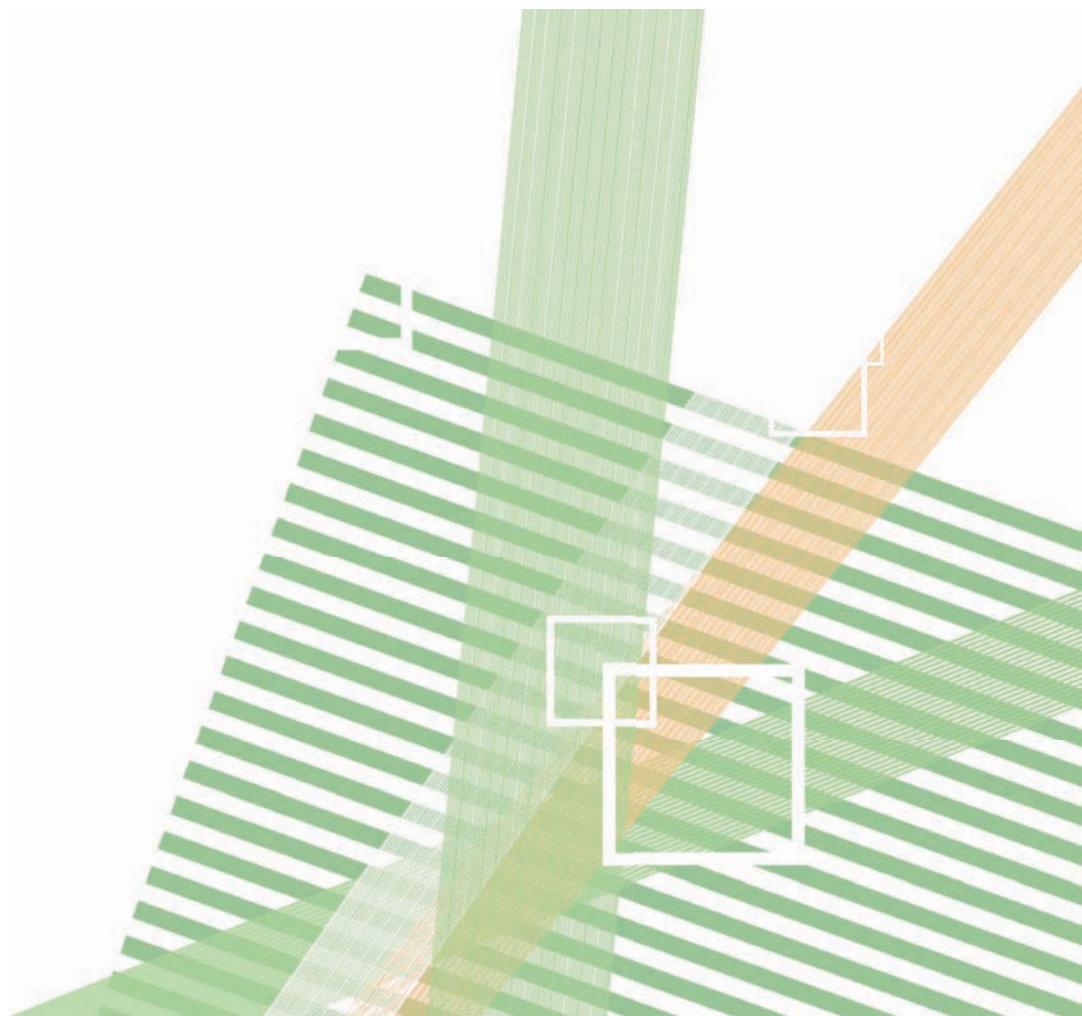
4.7-Relações com os Emigrantes

A Caixa Económica desenvolveu varias acções promocionais dos produtos destinados aos emigrantes, nomeadamente, os de poupança, tendo em conta a importância desse segmento para a actividade da instituição e para o desenvolvimento do país.

Os encontros com a comunidade foram também aproveitados para divulgação da imagem institucional, com o objectivo de reforçar a posição e notoriedade da Caixa Economica neste mercado e atrair a poupança dos emigrantes.



5 • *RELAÇÕES INTERNACIONAIS*





A nível internacional, a Caixa Económica desenvolveu, durante o ano de 2008, varias actividades visando o reforço das relações institucionais e comerciais com os correspondentes e outras entidades.

Procedeu-se a assinatura com o Banco Espírito Santo SA, Lisboa (BES) e o Banco Espírito Santo dos Açores, SA, Ponta Delgada (BAC) do protocolo relativo ao serviço de transferências internacionais, designado por BESXpress.

Através do referido protocolo, o BES, o BAC e a Caixa acordaram os termos pelos quais se regem as transferências ordenadas em Portugal, via ATM ou Internet Banking, por Ordenadores que celebraram previamente com o BES ou com o BAC o contrato de adesão ao serviço de transferências objecto deste Protocolo, a favor de Beneficiários em Cabo Verde e que serão executadas em conjunto pelas Partes.

Registou-se encontros com o Banco Português de Investimento visando assistência técnica à Caixa no âmbito de montagens de “Project Finance”.

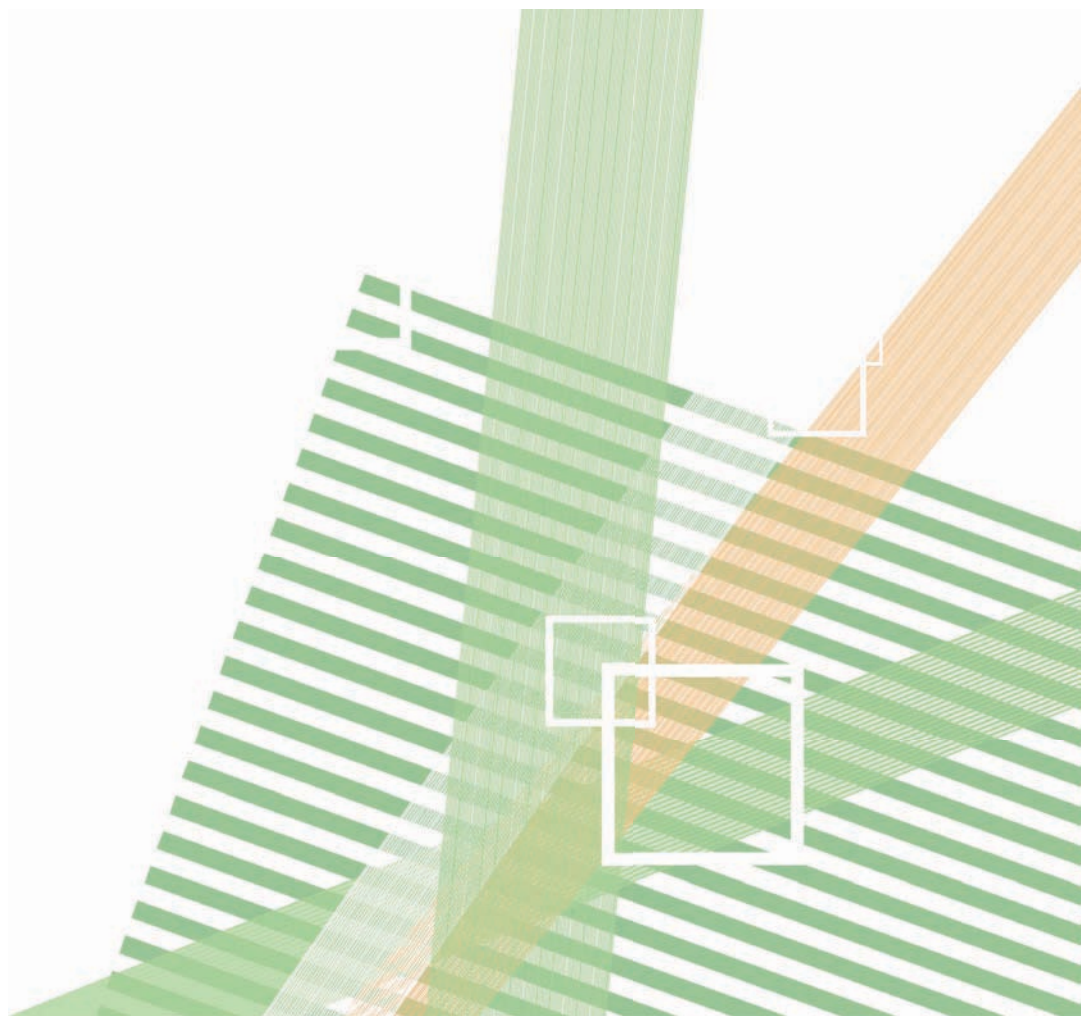
Deu-se continuidade ao aprofundamento das relações com a Sociedade Financeira Internacional (SFI) que propôs a Caixa a abertura de outras linhas de crédito para contemplar as áreas de “Trade Finance” e financiamento de Pequenas e Médias Empresas, além de assistência técnica.

Continuou-se com o refinanciamento dos projectos apresentados pelos municípios cabo-verdianos junto da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no âmbito da linha de crédito posta à disposição dos bancos cabo-verdianos. Tendo em conta o elevado grau de utilização desta linha a AFD propõe a abertura de uma nova linha. Neste sentido vários encontros foram efectuados entre as duas instituições.

Destacam-se ainda, no âmbito das relações com a Western Union, a participação na conferência internacional sobre Compliance em Mali – Bamako e, a participação nos encontros sobre o CSC (Centro de Apoio ao Cliente) e Operações e Voyager (software de gestão e base de dados), realizados na Casablanca em Marrocos.



6 • ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL





Dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, os quais destacamos:

Na área cultural, a Caixa patrocinou em exclusivo a publicação da Biblioteca Nacional do livro “O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e Cultura Cabo-verdianas”, a edição da 1ª Antologia Pessoal do escritor António Monteiro, a edição e lançamento do livro “Tenho o Infinito Trancado em Casa” do escritor Valdemar Valentino Velhinho Rodrigues (Vadinho Velhinho), a edição em livro e DVD do “Guia das Espécies Marinhas” do autor Emanuel Charles D’Oliveira, a exposição informativa e fotográfica “Herança” no âmbito das festividades do Município e da Bandeira no Fogo, a edição em DVD do documentário “Tarrafal um Campo em Morte Lenta” a edição de 4 contos tradicionais da escritora Zaida Helena Barbosa, a Associação dos Escritores Cabo-verdianos, ao Instituto Camões na realização do espectáculo do Maestro António Victorino D’Almeida, o espectáculo em comemoração dos 30 anos do grupo musical Mendes Brother’s, a artista Vera Eunice Nazário Cruz para gravação de CD, a artista Solange Rodrigues para gravação do 1º CD, o grupo musical Rabenta na comemoração do 11º aniversário, os Fidjus de Ano Nobu para gravação de CD, o artista Tó Alves para a gravação do seu 2º CD, o artista Juari Livramento para gravação de CD e o artista Ebrantino Costa, também para gravação do 1º CD.

A Caixa também deu continuidade ao apoio às Câmaras Municipais na realização de eventos e diversos festivais dos quais destacamos: Câmara Municipal de S. Vicente na realização do Festival da Baía das Gatas, Câmara Municipal da Praia para a realização do Festival da Gamboa, Câmara Municipal do Sal para realização do Festival de Santa Maria, Câmara Municipal de Sta Cruz, na realização das festividades do município, Câmara de Calheta de S. Miguel, na realização das festividades do Município, Câmara Municipal dos Mosteiros e de Santa Catarina na Ilha do Fogo e de Ribeira Brava na ilha de S. Nicolau, também no âmbito da comemoração do dia do município.

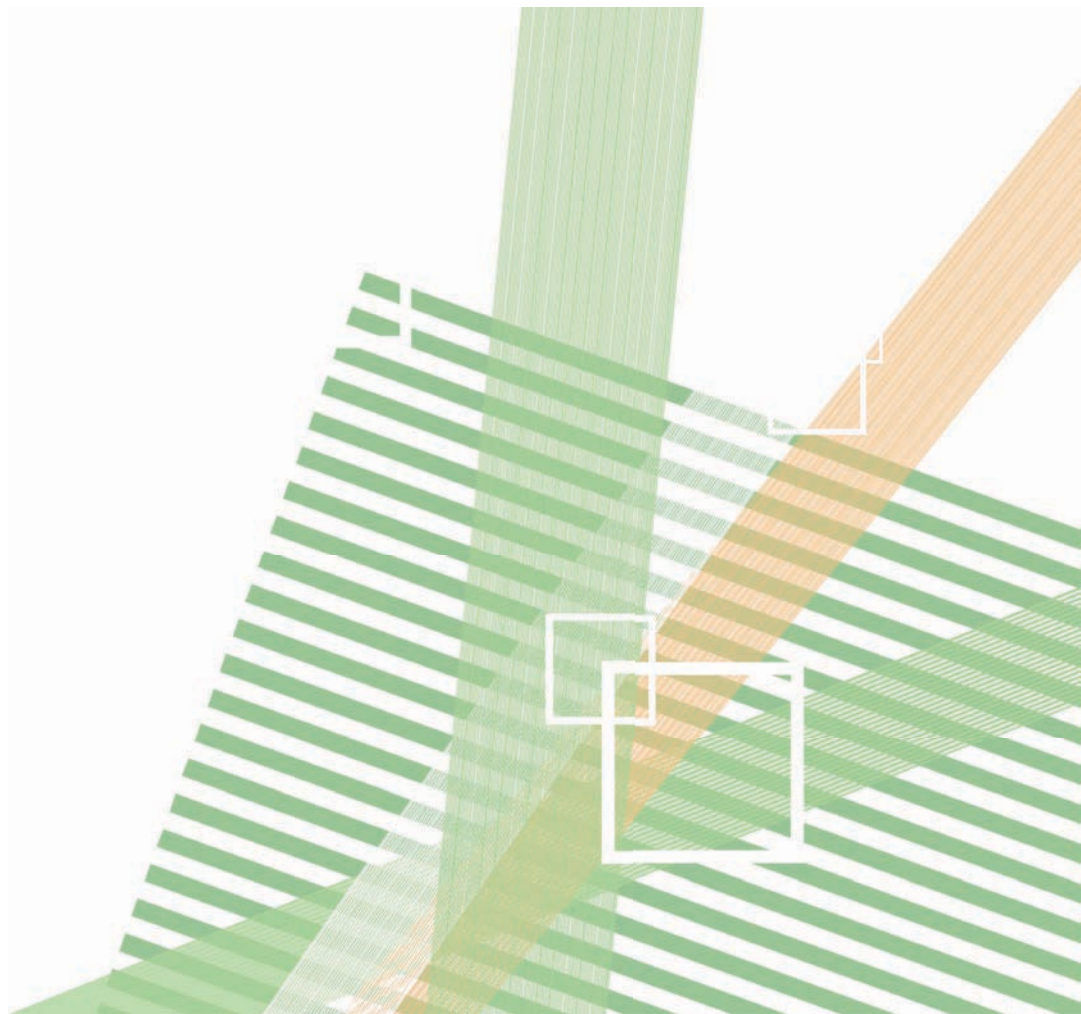
Na área Desportiva, foram patrocinadas várias equipas de futebol, associações desportivas e actividades desportivas, de entre os quais realçamos o patrocínio à Selecção Nacional de Basquetebol para a participação no pré-olímpico, a Federação Cabo-verdiana de Futebol, ao Comité de Desporto para Deficientes, à equipa o Boavista FC na Praia, à equipa de futebol de salão da Caixa Económica para a participação do torneio Internacional Interbancário realizado no Algarve, Portugal, em que a equipa conquistou o 1º lugar, ao clube Bota-fogo, à equipa do Sporting da Praia para a sua participação na liga Africana de Clubes Campeões, à Académica do Maio e à Associação de Ténis de S. Vicente.

No campo social foram efectuados vários apoios as diversas entidades de solidariedade social, dos quais destacamos o ICASE no apadrinhamento de 10 crianças em todos os concelhos, a OMCV Itália, a Fundação Infância Feliz na comemoração do mês de Junho/mês da criança, a Fundação da criança Cabo-verdiana, ao Instituto das Comunidades na Campanha de Solidariedade com os cabo-verdianos vítimas de naufrágio em S. Tomé, a ACRIDES no projecto “Natal Diferente com Sorriso Diferente”, Associação Cabo-verdiana de Deficientes para a realização do Teleton 2008, aos Amigos do Brasil - ASA no projecto “Natal com Luz”, o natal da 3ª idade em Chã de Tanque, as Irmãs missionárias do Espírito Santo, entre outros.

No campo da educação, a Caixa financiou o Centro de Formação Profissional da Variante com equipamentos informáticos completos para a sala de informática, apoiou a Escola Salesiana de Artes e Ofícios na realização das Olimpíadas de Matemática, ao Centro de Formação Fogo-Brava, ao Liceu Domingos Ramos no equipamento completo da Sala Multimédia, ao Comité Internacional para o Ano Internacional do Planeta Terra, ao Ministério das Finanças nas actividades dos 10 anos do Acordo Cambial, a CEGOC na realização da 2ª Conferência Internacional de Gestão dos Recursos Humanos e na realização das XXXIV Jornadas Médicas das Ilhas Atlânticas organizada pelo Hospital Dr. Agostinho Neto.



7 • MICRO - CRÉDITO





A Caixa Económica de Cabo Verde vem desempenhando um papel importante no domínio do Micro-crédito, com a gestão de várias linhas especiais de crédito destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento que não têm acesso ao crédito bancário clássico, destacando-se as seguintes:

7.1 Linha de Micro-Crédito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas – PFEME

É a mais relevante das linhas de micro crédito geridas pela Caixa Económica tem tido um grande impacto na melhoria das condições de vida de milhares de pessoas.

O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formações destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso ao crédito, procedimentos e responsabilidades inerentes ao crédito, importância do reembolso responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 2008 foram concedidos 610 créditos o que aumentou o nº de créditos acumulado do programa para 21.918.

O montante global de créditos concedidos em 2008 atingiu o valor de 32.095 contos e o montante médio dos empréstimos 52 contos por cliente e 159 contos por grupo solidário. O montante total acumulado, desde o início do programa, aumentou para 675.519 contos.

O montante reembolsado de capital aumentou para 848.348 contos e os juros pagos ascenderam a 125.925 contos, perfazendo assim um total de 974.274 contos.

Em 2008 as receitas totais, provenientes, essencialmente de juros, quotas e penalidades, atingiram os 7.812.224 ECV.

A taxa de reembolso dentro do prazo atingiu os 91% e a taxa de reembolso geral 95%.

Em termos globais do programa a taxa de reembolso situa-se em 96%.

7.2 Linha de Crédito do Programa Especial de Segurança Alimentar - PSSA

É uma linha de crédito que se destina a financiar actividades de agricultura e pecuária nas ilhas onde o programa actua, nomeadamente Santo Antão (Concelhos de Porto Novo e Ribeira Grande), Santiago (Concelho do Tarrafal), São Nicolau e Fogo, cuja coordenação é assegurada, a nível local, pelos gerentes das Agências da Caixa Económica nas respectivas ilhas e os Delegados do Ministério da Agricultura.

Até à presente data, foram transferidos para o fundo PSSA 19.437.364 ECV, faseados da seguinte forma:

Designação	Data	Montante (ECV)	% do total
1ª Parcela	Maio/2003	6.452.346	30%
2ª Parcela	Novembro/2004	9.215.955	50%
3ª Parcela	Maio/2006	3.769.063	20%
Total		19.437.364	100%

Até à presente data um total de 73 créditos foram concedidos pelas agências da CECV das 4 ilhas abrangidas pelo programa, o que corresponde ao montante total de 22.646.723 ECV.

Os pedidos pendentes, até então, prendem-se ou por razões formais, mormente a abertura de conta e a constituição de garantia, ou por falta disponibilidade do fundo PSSA.

Este programa vem contemplando, essencialmente, beneficiários do sexo masculino (cerca de 83%), considerando a natureza dos projectos financiados no âmbito do PSSA, que se prendem, principalmente, com actividades ligadas à agricultura e pecuária, tradicionalmente levadas a cabo por indivíduos de sexo masculino, como pode ser constatado no quadro que se segue;

Ilha	Créditos Aprovados		Masculino		Sexo			
	Nº	Valor	Nº	Valor	%	Feminino Nº	Valor	%
Santiago	11	2.876.602,0	5	1.206.248,0	42	6	1.670.354,0	58
São Nicolau	10	3.728.117,0	7	2.598.749,0	70	3	1.129.368,0	30
Santo Antão	18	4.097.974,0	18	4.097.974,0	100	-	-	-
Fogo	34	11.944.030,0	30	10.794.030,0	90	4	1.150.000,0	10
TOTAL	73	22.646.723,0	60	18.697.001,0	83	13	3.949.722,0	17

Até a presente data, foi reembolsado um total de 15.878.290 ECV dos créditos concedidos, correspondendo a uma taxa de retorno de 90 %.

7.3 Linha de Crédito do Projecto Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos

É uma linha de crédito destinada a financiar actividades agro-pecuárias apenas nas zonas abrangidas pelas bacias hidrográficas de Picos e Engenhos. Surgiu no âmbito do protocolo assinado entre a Caixa Económica de Cabo Verde e o Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Finanças e do Plano em 2004.

A análise e aprovação dos processos de crédito são efectuadas por uma equipa formada por técnicos da Agência da Caixa da Assomada, da Delegação do MA em Santa Catarina e do Ministério das Finanças. A CECV é responsável pelo desembolso dos empréstimos e gestão dos fundos disponibilizados pelo projecto.

Os créditos foram desembolsados a partir de Junho de 2006 quando foi disponibilizado o fundo pelo projecto, no valor de 39.746.046 ECV, montante esse correspondente a 1ª parcela (50%) do financiamento global.

Os clientes são na sua maioria de sexo masculino (62%) devido a natureza das actividades contempladas no quadro do projecto.

Até a presente data, foram concedidos um total 68 créditos, dos quais 26 destinados a mulheres, correspondendo a 38% do total. O montante total concedido, até à data, foi de 31.883.643 ECV, dos quais 6.319.438 ECV já foram reembolsados a uma taxa de 93%.

7.4 Fundo de Crédito Millennium Challenge Account - MCA

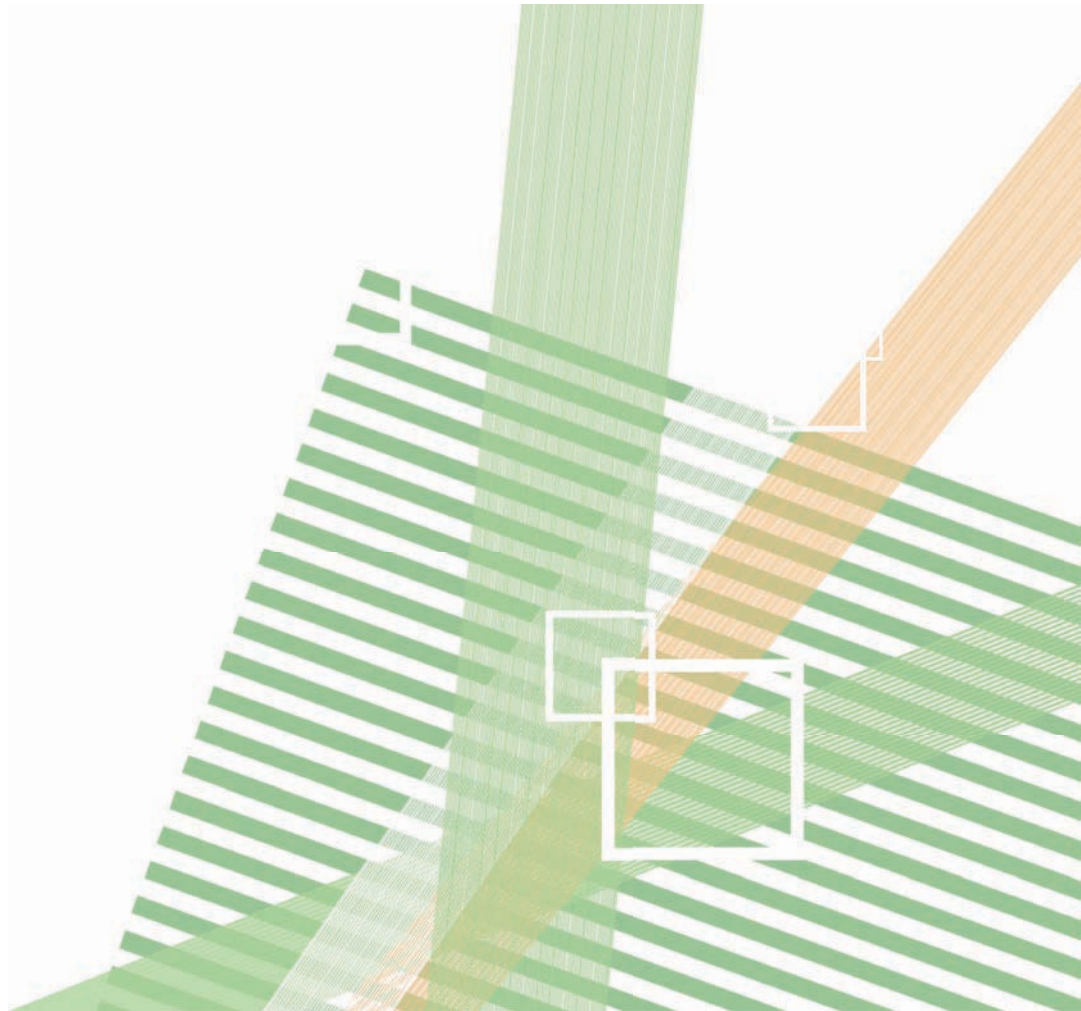
O acordo assinado entre a Caixa Económica e O MCA a 12 de Maio de 2008 permite à Caixa Económica gerir a Fundo de crédito no quadro do Projecto MCA, destinado a conceder financiamentos às Instituições de Micro-Finanças (IMF's) para financiarem actividades agrícolas levadas a cabo por beneficiários do Projecto MCA.

O montante total do fundo é de 450.000 USD. A primeira tranche foi disponibilizada pelo MCA, a 18 de Março no valor de 14.947.000 ECV correspondendo a 44% do total. Destina-se a financiar actividades no domínio de agricultura e agro-negócios, nomeadamente, aquisição de factores de produção agrícola (sementes, fertilizantes, produtos fitossanitários, etc), comercialização de produtos agrícolas, aquisição de equipamentos de micro-irrigação, nas zonas de intervenção do projecto MCA_CV, nas bacias hidrográficas de Fajã (S. Nicolau), Mosteiros (Fogo) e Paul (Sto Antão);

A Caixa já financiou 2 IMF's no quadro deste fundo, no valor total de 7. 395.202 ECV, encontrando-se na fase de utilização pelo que não foram ainda reembolsados quaisquer montantes.



8 • ANÁLISE DA RENDIBILIDADE





8.1 Resultados do Exercício

Os Resultados do Exercício em 2008 conheceram uma evolução positiva, excepto o Resultado Líquido que totalizou 272.568 contos o que representa uma diminuição de 42,2% em relação a 2007.

Os Juros e Proveitos Equiparados registaram um crescimento de 15,1%, enquanto que os Juros e Custos Equiparados cresceram 11,6%, o que proporcionou um crescimento de 16,9% da Margem de Intermediação Financeira, o que equivale a um aumento de 182.922 contos em relação a 2007.

As Comissões Líquidas conheceram um crescimento de 8,8% inferior ao do ano passado que foi 17,2%. Esta redução do crescimento resulta das reduções consentidas tanto a nível das operações de crédito como a nível das operações com o estrangeiro. Em termos absolutos, as comissões registaram um aumento de 25.434 contos, atingindo os 313.176 contos.

Os Lucros Líquidos em Operações Financeiras atingiram os 134.345 contos, o que representa um aumento de 268,6%. De salientar que este resultado deve-se sobretudo às operações cambiais relacionadas com o Dólar.

Os rendimentos obtidos com participações sob forma de dividendos elevaram-se a 5.357 contos.

O Produto Bancário conheceu, neste cenário favorável, um crescimento de 22,5% em relação a 2007, tendo atingido os 1.792.505 contos.

Os Custos Administrativos agravaram-se em 17,8% contra 13,5% em 2007. Para este aumento contribuíram fundamentalmente os Custos com o Pessoal, que aumentaram

21,0% por via das contratações para os novos balcões e do prémio de produtividade atribuído aos trabalhadores.

Os Meios Libertos cresceram 26,9%, de 2007 para 2008, atingindo os 950.579 contos seja mais 201.702 contos.

O Resultado de Exploração apresentou uma redução de 74,7% em relação ao ano 2007, situando-se em 126.960 contos. A redução verificada deve-se ao aumento das amortizações (+41,2% do que em 2007) e das provisões líquidas (+379,4%).

A recuperação do crédito em situação irregular continua a produzir efeitos positivos nos resultados: os resultados extraordinários líquidos compostos essencialmente por juros ligados à regularização de créditos em situação irregular ascenderam a 208.492 contos, contra 134.828 contos em 2007.

O Cash Flow do Exercício registou um aumento de 52,4%, atingindo 1.096.188 contos, contra 719.117 contos em 2007.

Evolução dos Resultados (Milhares de Escudos)

Designação	2008	2007	Var 08/07	
	Valor	Valor	Valor	%
+ Juros e Proveitos	1.902.234	1.652.786	249.448	15,1%
- Juros e Custos Equiparados.	638.491	571.965	66.526	11,6%
= Margem	1.263.742	1.080.821	182.922	16,9%
+ Comissões Líquidas	313.176	287.743	25.434	8,8%
+ Lucros liq Operações Financeiras	134.345	36.451	97.894	268,6%
+ Outros Proveitos Líquidos	75.885	58.730	17.155	29,2%
+ Rendimento de Títulos	5.357	-	5.357	
= Produto Bancario	1.792.505	1.463.745	328.762	22,5%
- Custos Administrativos	841.926	714.867	127.059	17,8%
Custo com o Pessoal	418.025	345.390	72.636	21,0%
Fornec. Serviços Terceiros.	423.901	369.477	54.424	14,7%
= Meios Libertos	950.579	748.878	201.702	26,9%
- Amortizações	151.321	107.206	44.115	41,2%
- Provisões Liquidadas	672.298	140.241	532.057	379,4%
= Resultados de Exploração	126.960	501.431	-374.471	-74,7%
+ Ganhos e Perdas Extraordinários	208.492	134.828	73.663	54,6%
= Resultado Bruto do Exercício	335.451	636.259	-300.807	-47,3%
- Impostos s/ Resultados	62.882	164.589	-101.706	-61,8%
= Resultado Líquido do Exercício	272.569	471.670	-199.101	-42,2%
Cash Flow do Exercício	1.096.188	719.117	377.071	52,4%

8.2 Rendibilidade e Eficiência

A diminuição do Resultado Líquido, devido ao aumento das provisões, originou a deterioração dos indicadores de rendibilidade.

A Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) passou de 25,15% para 12,85%, enquanto que a Rendibilidade do Activo (ROA) passou de 1,21% para 0,95%. No entanto, quando medidos com base nos Cash Flow, o ROE aumenta de 38,35% em 2007 para 51,70% em 2008, e o ROA passa de 2,74% para 3,81%.

O rácio Cost to Income, indicador da eficiência da instituição, conheceu uma ligeira diminuição em relação a 2007, passando de 56,2% para 55,4%, explicado pelo aumento do Produto Bancário superior ao dos custos operativos.

O Produto Bancário por Trabalhador, indicador da produtividade dos trabalhadores, registou igualmente uma melhoria expressiva, passando de 7.246,2 contos para 8.241,3 contos.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Designação	2008	2007
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	12,85	25,15
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA) (%)	0,95	1,80
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios (%)	51,70	38,35
Cash Flow do Exercício / Activo Líquido Médio (%)	3,81	2,74
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income) (%)	55,4	56,2
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	8.241,3	7.246,2
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	5.039,9	3.559,9

8.3 Fundos Próprios e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios da instituição atingiram os 2.187.063 contos em 2008 contra 2.053.694 contos registados em 2007, evidenciando um crescimento de 6,5%.

O Rácio de Solvabilidade registou uma ligeira degradação em relação a 2007, passando de 10,7% para 10,1%, em 2008. Esta diminuição é explicada pelo crescimento do crédito.

O Rácio do Imobilizado Líquido sobre os Fundos Próprios registou igualmente uma ligeira melhoria, passando de 32,0% para 32,2%.

Rádios Prudenciais

Designação	2008	2007
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	10,1%	10,7%
Imobilizado Líquido / Fundos Próprios	32,2%	32,0%

8.4 Provisões do Exercício

As Provisões Líquidas do Exercício em 2008 atingiram 672.298 contos, registando um aumento relativamente a 2007, de 379%, ou seja, + 532.057 contos. Destes, 316.967 contos correspondem ao aumento das provisões económicas traduzindo a preocupação de se constituir provisões em função do grau efectivo de risco apresentado pelo do cliente.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou uma melhoria significativa, situando-se nos 33,7%, contra 18,3% no exercício anterior.

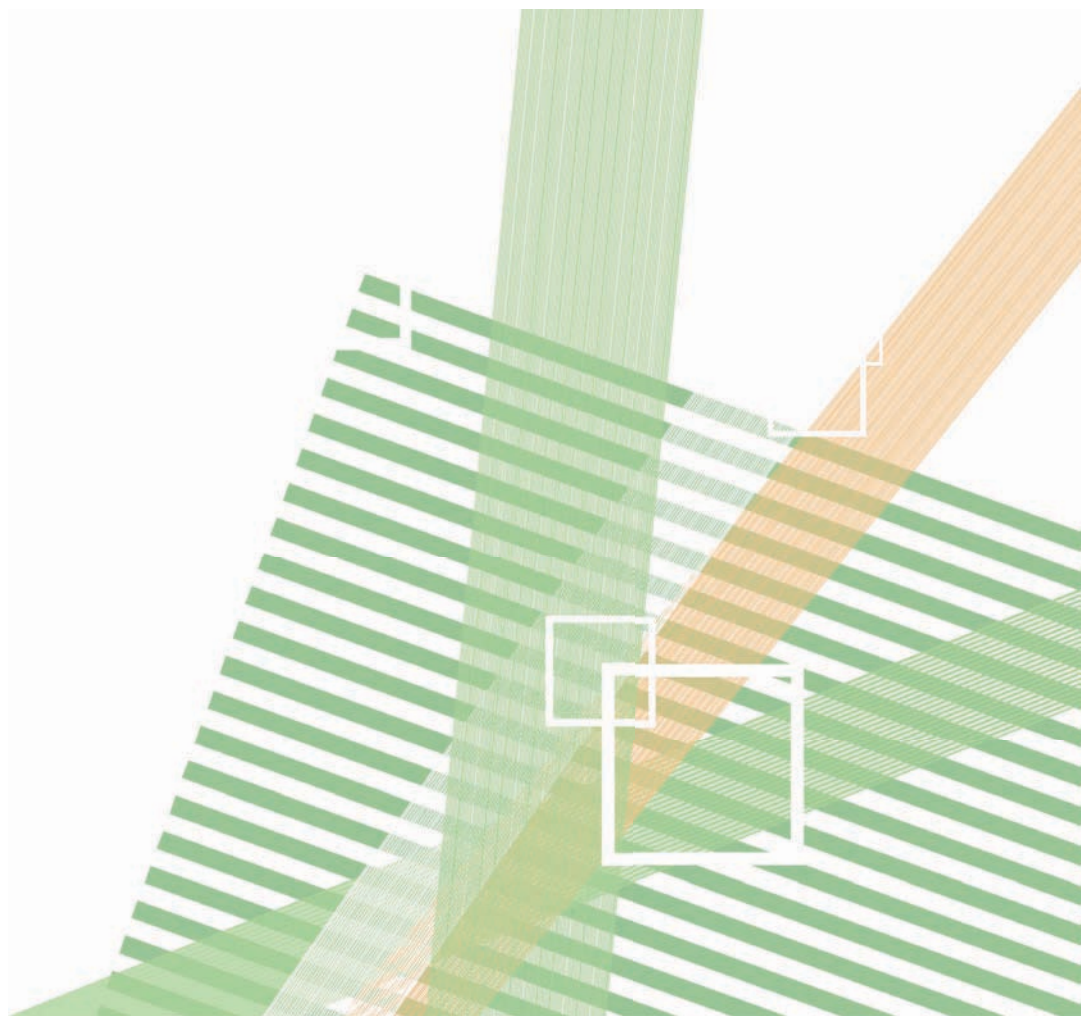
Créditos e Juros Vencidos (milhares de contos)

Designação	2008	2007
Crédito e Juros Vencidos	3.483,4	3.341,3
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	612,8	612,8
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total *	17,1%	20,3%
Provisões Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos	33,7%	18,3%

* Com a inclusão dos títulos das empresas no crédito o rácio seria de 16,2% em 2008



9 • PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS





Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2008 atingiu o valor de 272.569 contos;

Considerando que a instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;

Considerando que o plano de actividade da instituição prevê investimentos importantes em instalações e outros projectos que exigirão recursos significativos;

Considerando a necessidade do reforço dos fundos próprios da Instituição, no âmbito da nova legislação sobre o Rácio de Solvabilidade e como forma de reforçar a sua capacidade creditícia;

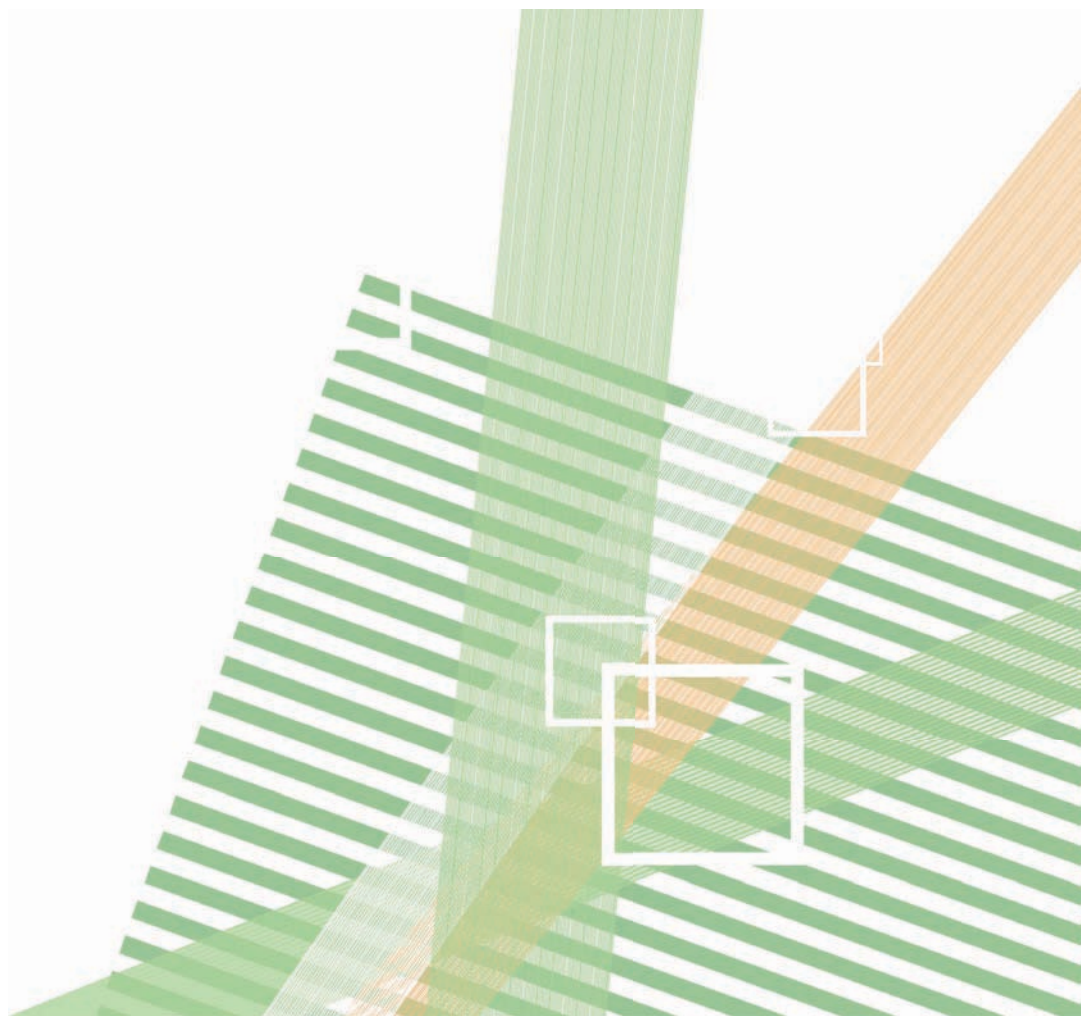
Considerando a prática da Instituição, em termos de distribuição de dividendos, nos últimos anos;

O Conselho de Administração, esperando a compreensão dos Accionistas, apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reservas	133.368.798\$00
Para Distribuição de Dividendos (400 CVE por acção)	139.200.000\$00
Total	272.568.798\$00



10 • NOTAS FINAIS





A Caixa Económica de Cabo Verde culminou o exercício de 2008 com resultados muito positivos, espelhando indicadores de dimensão e de desempenho em constante progressão, o que muito vem contribuindo para a sua credibilidade enquanto instituição financeira, contribuindo, destarte, para o reforço da sua imagem e visibilidade no mercado cabo-verdiano.

Neste momento de balanço, apraz-nos registar os resultados alcançados, os quais deveram-se, essencialmente, à confiança dos nossos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da Instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e na sociedade cabo-verdianos, bem assim aos trabalhadores desta instituição a que devemos o merecido reconhecimento pelo esforço e dedicação em prol do seu engrandecimento, o que muito nos incentiva na nossa missão de gerir este banco.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da actividade de supervisão;

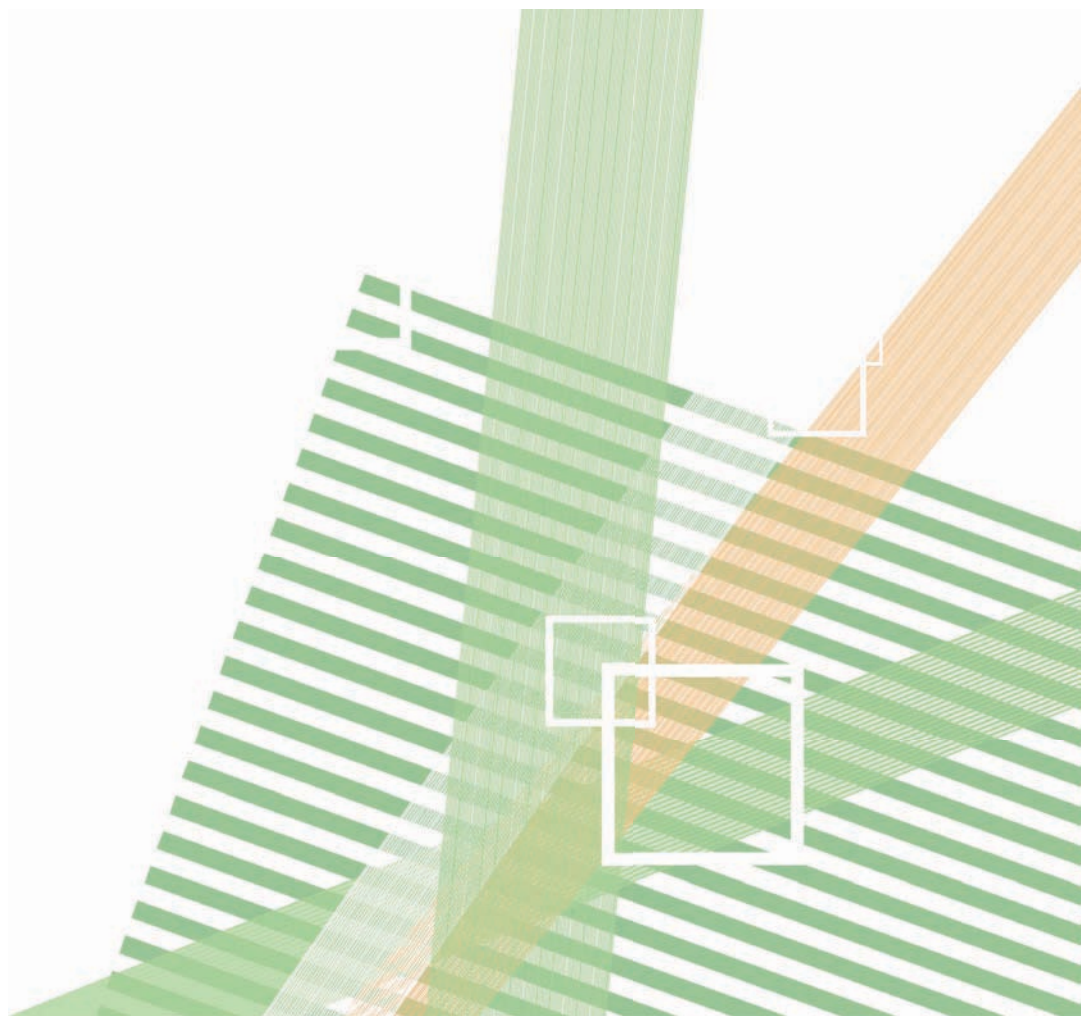
Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os Colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançados.



BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Milhares de Escudos)

ACTIVO	2008				2007
	Activo Bruto	Amort.e Prov.	Activo Liquido		
1 Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	5.723.856		5.723.856		4.711.549
2 Disponibilidades à vista s/Instituições de Crédito	746.982		746.982		1.527.451
3 Outros créditos sobre instituições de crédito	194.384		194.384		258.079
4 Crédito sobre clientes	19.697.610	1.174.701	18.522.908		15.800.337
5 Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3.494.451		3.494.451		2.589.414
a) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de emissores.Públ.	2.340.370		2.340.370		2.265.560
b) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de O/Emissores	1.154.081		1.154.081		323.854
(Dos quais: Obrigações Próprias)					
6 Acções e outros títulos de rendimento variável	0		0		830.227
7 Participações	26.250	0	26.250		24.302
8 Parte de capital em empresas coligadas					
9 Imobilizações incorpóreas	252.084	156.917	95.166		90.138
10 Imobilizações corpóreas	1.105.310	507.115	598.196		568.006
(Dos quais: Imóveis de serviço próprio)	220.114	51.150	168.965		152.434
11 Capital subscrito não realizado					
12 Acções próprias ou partes de capital próprias					
13 Outros activos	1.024.773	2.356	1.022.417		427.838
15 Contas de regularizações	151.444		151.444		157.320
16 Prejuízo exercício					
TOTAL DO ACTIVO	32.417.145	1.841.089	30.576.056		26.984.660
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS					
90 - GARANTIAS PRESTADAS E OUT.PASSIVOS EVENTUAIS			1.336.491		1.786.466

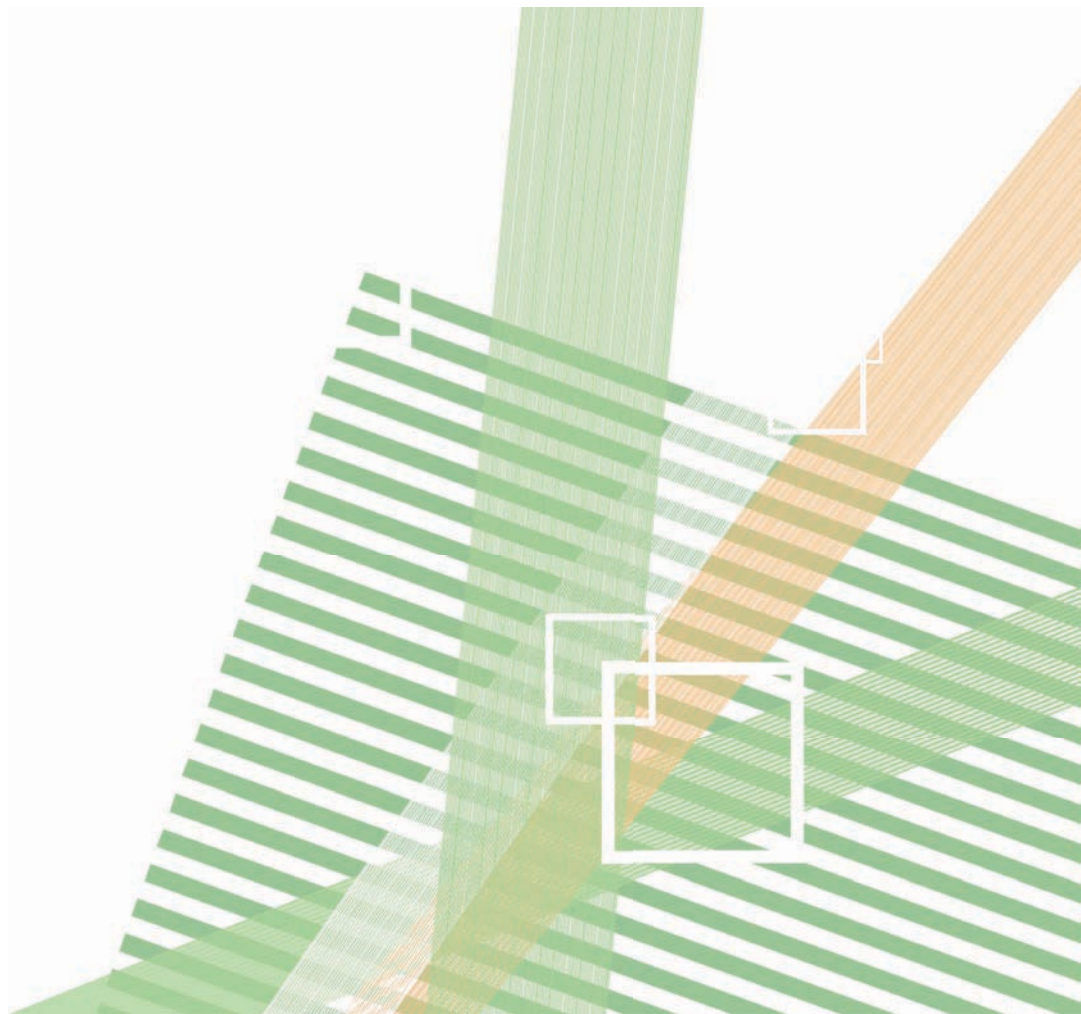
PASSIVO		2008	2007
1	Débitos para com instituições de crédito	590.665	427.694
	a) À vista	140.045	96.028
	b) A Prazo ou com pré-aviso	450.620	331.666
2	Débitos para com clientes	27.235.737	23.924.043
	a) Depósitos de poupança	2.835.869	2.784.805
	b) Outros depósitos	23.840.558	20.947.039
	b.a) À Vista	10.048.235	8.968.407
	b.b) À prazo	13.792.322	11.978.632
	c) Outros débitos	559.311	192.199
3	Débitos representados por títulos		
4	Outros passivos	72.217	233.829
5	Contas de regularizações	420.099	341.244
6	Provisões para riscos e encargos	0	0
	a) Provisões para pensões e encargos similares		
	b) Outras provisões	0	0
6	A. Fundo para riscos bancários gerais	70.276	4.157
9	Capital subscrito	348.000	348.000
11	Reservas	1.566.494	1.234.024
12	Reservas de reavaliação		
13	Resultados transitados		
14	Lucro do Exercício	272.569	471.670
	TOTAL DO PASSIVO	30.576.056	26.984.660
		26.694.407	

PROVEITOS	2008	2007
1. Juros e proveitos equiparados	1.902.234	1.630.496
Dos quais:		
(títulos de rendimento fixo)	221.736	151.036
2. Rendimentos de títulos	5.357	22.291
a) Rendimento de accções, de quotas e de outros títulos		
de rendimento variável	5.357	22291
b) Rendimento de participações	0	0
c) Rendimento. de partes de capital em empresas. Coligadas	0	0
3. Comissões	332.609	309.400
4. Lucros em operações financeiras	265.428	100.983
5. Reposições e anulação respeitantes a correcções		
passivos eventuais	577.760	946.239
6. Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor		
relativas a valores mobiliários que tenham caracter de		
imobilizações financeiras, participações e as partes		
de capital em empresas coligadas	0	0
7. Outros proveitos de exploração	80.396	63.385
8. Resultado da actividade corrente	0	0
9. Ganhos extraordinários	209.059	138.447
	0	0
TOTAL	3.372.843	3.211.241

CUSTOS		2008	2007
1.	Juros e custos equiparados	638.491	571.965
2.	Comissões	19.433	21.659
3.	Prejuízos em operações financeiras	131.082	64.532
4.	Gastos gerais administrativos	841.926	714.867
	a) Custos com pessoal	418.025	345.390
	Dos quais:		
	(salários e vencimentos)	363.600	299.884
	(encargos sociais)	52.518	44.065
	Dos quais:		
	(c/pensões)	0	0
	b) Outros gastos administrativos	423.901	369.477
5.	Amortizações do exercício	151.321	107.206
6.	Outros custos de exploração	3.479	4.153
7.	Provisões p/Crédito Vencido e p/Outros riscos	1.250.059	1.086.480
8.	Provisões para imobilizações financeiras	0	0
9.	Resultado da actividade corrente	127.992	501.932
10.	Perdas extraordinárias	567	3.619
11.	Impostos sobre lucros	62.882	164.589
12.	Outros impostos	1.032	501
13.	LUCRO DO EXERCÍCIO	272.569	471.670
TOTAL		3.372.843	3.211.241



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S. A. R. L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2008		2007		PASSIVO	Notas	2008	2007
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	5.723.856	-	5.723.856	4.711.549	Débitos para com instituições de crédito		590.665	427.694
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4	746.982	-	746.982	1.527.451	a) à vista	13	(140.045)	(96.899)
Outros créditos sobre instituições de crédito	5	194.384	-	194.384	258.079	b) a prazo	13	(450.620)	(330.795)
Créditos sobre clientes	6	19.697.610	(1.174.701)	18.522.909	15.800.337	Débitos para com clientes		27.235.737	23.924.043
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						a) Depósitos de poupança	14	(2.835.869)	(2.784.805)
- de emissores públicos	7	2.340.370	-	2.340.370	2.265.560	b) Outros depósitos		(23.840.557)	(20.947.039)
- de outros emissores	7	1.154.081	-	1.154.081	1.154.081	ba) Outros depósitos - à vista	14	(10.048.235)	(8.968.407)
Participações	8	26.250	-	26.250	24.302	bb) Outros depósitos - a prazo	14	(13.792.322)	(11.978.632)
Imobilizações incorpóreas	9	252.084	(156.917)	95.167	101.400	c) Outros débitos	14	(559.311)	(192.199)
Imobilizações corpóreas	10	1.105.310	(507.114)	598.196	556.744	Outros passivos	15	72.217	233.829
(Das quais: Imóveis de serviço próprio)	10	(224.994)	(55.811)	(169.183)	(154.123)	Contas de regularização	16	420.099	341.243
Outros activos	11	1.024.773	(2.356)	1.022.417	427.838	Fundo para riscos bancários gerais	25	70.275	4.157
Contas de regularização	12	151.444	-	151.444	157.319	Capital subscrito	17 e 18	348.000	348.000
						Reservas	18	1.566.494	1.234.024
						Resultado do exercício	18	272.569	471.670
		<u>32.417.144</u>	<u>(1.841.088)</u>	<u>30.576.056</u>	<u>26.984.660</u>			<u>30.576.056</u>	<u>26.984.660</u>

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Passivos eventuais	20			1.336.491	1.786.466
--------------------	----	--	--	-----------	-----------

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S. A. R. L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

CUSTOS	Notas	2008	2007	PROVEITOS	Notas	2008	2007
Juros e custos equiparados	21	638.491	571.965	Juros e proveitos equiparados	27	1.902.234	1.630.496
Comissões		19.433	21.659	Dos quais:			
Prejuízos em operações financeiras	22	131.082	64.532	(de títulos de rendimento fixo)	27	(221.736)	(151.036)
Gastos gerais administrativos		841.928	714.867	Rendimento de títulos	28	5.357	22.291
a) Custos com pessoal	23	(418.025)	(345.390)	Comissões	29	332.609	309.400
Dos quais:				Lucros em operações financeiras	22	265.428	100.983
(salários e vencimentos)	23	(363.600)	(299.883)	Reposições de provisões	25	577.760	946.239
(encargos sociais)	23	(52.518)	(44.065)	Outros proveitos de exploração	30	80.396	63.385
b) Outros gastos administrativos	24	(423.903)	(369.477)	Ganhos extraordinários	26	209.059	138.447
Amortizações do exercício	9 e 10	151.321	107.206				
Outros custos de exploração		3.480	4.153				
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25	1.250.058	1.086.480				
Resultado da actividade corrente		127.991	501.932				
Perdas extraordinárias	26	567	3.619				
Impostos sobre lucros	16 e 19	62.882	164.589				
Outros impostos		1.032	501				
Resultado do exercício		272.569	471.670				
		<u>3.372.843</u>	<u>3.211.241</u>			<u>3.372.843</u>	<u>3.211.241</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, S. A. R. L.

DEMONSTRAÇÕES DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ORIGEM DE FUNDOS

	2008	2007
Gerados pelas operações:		
Lucro líquido do exercício	272.569	471.670
Custos que não representam movimentos de fundos:		
Amortizações do exercício	151.321	107.206
Reforço de provisões, líquido de anulações e reposições	672.298	140.241
	<u>1.096.188</u>	<u>719.117</u>
Diminuições de activos:		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	153.196
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	780.469	-
Outros créditos sobre instituições de crédito	63.695	1.262.473
Aplicações em títulos	-	830.500
	<u>844.164</u>	<u>2.246.169</u>
Aumentos de passivos:		
Débitos para com instituições de crédito	162.971	-
Débitos para com clientes	3.311.694	1.786.917
Contas de regularização	78.856	-
Outros passivos	-	73.130
	<u>3.553.521</u>	<u>1.860.047</u>
	<u>5.493.873</u>	<u>4.825.333</u>

APLICAÇÃO DE FUNDOS

Distribuição de dividendos	<u>139.200</u>	<u>114.840</u>
Aumentos de activos:		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.012.307	-
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	684.831
Créditos sobre clientes	3.360.619	2.124.241
Aplicações em títulos	74.810	1.154.081
Participações	1.948	2.143
Imobilizações incorpóreas e corpóreas	186.540	201.348
Outros activos	596.735	50.493
Contas de regularização	(5.875)	8.296
	<u>5.227.084</u>	<u>4.225.433</u>
Diminuições de passivos:		
Outros passivos	127.589	-
Débitos para com instituições de crédito	-	428.712
Contas de regularização	-	56.348
	<u>127.589</u>	<u>485.060</u>
	<u>5.493.873</u>	<u>4.825.333</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração de origem e aplicação e de fundos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, passou a deter a maioria do capital social da Caixa. A partir de Dezembro de 2005, 60% das acções da Caixa passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objecto o exercício de todas as actividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objecto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 25 agências para a realização das suas operações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Caixa. Nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, a partir de 2008 as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde devem preparar as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). No entanto, a Caixa obteve do Banco de Cabo Verde, em comunicação datada de 5 de Fevereiro de 2009, uma autorização específica para continuar a utilizar o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e outras disposições estabelecidas pelo Banco Central. Esta autorização é válida para o exercício de 2008, pelo que a Caixa irá apresentar pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NIRF no exercício de 2009.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de Dezembro de 2008 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Nos exercícios de 2008 e 2007, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
1 USD	78,182	75,02

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do dia comunicado pelo Banco de Cabo Verde no último dia útil de cada mês. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas como resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

c) Provisões para riscos de crédito e para riscos e encargos

De acordo com o Aviso nº 4/2006, de 13 de Novembro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 6/2007, de 19 de Novembro, ambos emitidos pelo Banco de Cabo Verde, a Caixa constitui as seguintes provisões:

c.1) Provisão para riscos de crédito

Os activos sobre o Estado de Cabo Verde, Banco de Cabo Verde e entidades do sector público administrativo de Cabo Verde, bem como os que se encontrem garantidos por estas entidades e ainda as operações extrapatrimoniais negociadas por conta delas ou com a sua garantia não estão sujeitas à constituição de provisões para riscos de crédito.

Nos termos do Aviso nº 4/2006, a Caixa deverá classificar as suas operações de crédito por ordem crescente de risco, apresentando resumidamente as seguintes características:

- Classe A: Risco em situação confortável. Os créditos encontram-se em situação normal com atraso não superior a 30 dias. O devedor está a cumprir e é esperado continuar a cumprir;
- Classe B: Risco aceitável. Poderá haver uma potencial fraqueza na posição financeira do devedor e/ou na garantia da operação. Activos nesta categoria exigem atenção imediata da Administração da Caixa;
- Classe C: Risco de crédito declinante. O crédito apresentará fraquezas bem identificadas que tornam a integral cobrança do capital e juros questionável;
- Classe D: Risco de crédito insuficiente. A cobrança ou o reembolso total do activo é altamente questionável e improvável. A possibilidade de perda é muito grande;
- Classe E: Risco de crédito deteriorado. O activo é considerado uma perda ou não cobrável e de pouco valor. O activo não apresenta valor recuperável.

O Aviso nº 4/2006 estipula níveis mínimos de provisionamento a adoptar, de acordo com o tipo de cliente, tipo de garantia e tempo em mora, conforme apresentado no quadro seguinte:

Responsabilidades	Classes de Risco				
	A	B	C	D	E
	1%	5%	25%	50%	100%
Sem garantia	até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	mais de 1 ano
Particulares com garantia	até 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	de 1 a 2 anos	mais de 2 anos
Empresas com garantia	até 6 meses	de 6 meses a 1,5 anos	de 1,5 a 2,5 anos	de 2,5 a 5 anos	mais de 5 anos
Habitação própria com hipoteca	até 6 meses	de 6 meses a 2 anos	de 2 a 4 anos	de 4 a 6,5 anos	mais de 6,5 anos

As provisões registadas pela Caixa são calculadas tendo por base os níveis mínimos de provisionamento, determinados exclusivamente com base no tempo em mora e nas características das operações, sendo registadas provisões adicionais de modo a reforçar a cobertura de risco de crédito da carteira.

Na determinação da percentagem da provisão são consideradas garantias reais e pessoais.

A anulação dos juros vencidos é efectuada no próprio dia em que os juros se vencem.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

c.2) Fundo para riscos bancários gerais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta provisão destina-se a fazer face a contingências específicas resultantes da actividade da Caixa (Nota 25).

d) Carteira de títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo encontram-se registados ao custo de aquisição, que corresponde ao valor nominal. Os juros decorridos são registados em contas de regularização do activo, na rubrica “Proveitos a receber” (Nota 12).

Os Títulos de Intervenção Monetária, Bilhetes do Tesouro e outros títulos com juro antecipado encontram-se registados ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração da Caixa, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica “Receitas com proveito diferido” (Nota 16).

e) Participações financeiras

As participações financeiras são registadas ao custo de aquisição. Sempre que se determine a existência de menos-valias, são constituídas as correspondentes provisões.

f) Bens arrematados

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em “Outros activos – Aplicações por recuperação de crédito” pelo valor de arrematação, por contrapartida da rubrica de créditos sobre clientes. Sempre que o valor estimado de realização seja inferior ao valor de arrematação, são constituídas as respectivas provisões.

g) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com a vida útil estimada dos activos, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	25
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	5
Instalações interiores	5
Material de transporte	5 - 6
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas em edifícios arrendados e software. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes num período de três anos.

h) Responsabilidades com pensões

A Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

i) Operações de venda com acordo de recompra

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, são registadas na rubrica “Débitos para com clientes” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira da Caixa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

j) Comissões

As comissões recebidas pela Caixa no âmbito da sua actividade são reconhecidas em proveitos no momento do seu recebimento.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	4.172.978	3.475.401
Caixa	1.550.878	1.236.148
	<u>5.723.856</u>	<u>4.711.549</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 14% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes (15% até 1 de Maio de 2007).

Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos à ordem:		
Montepio Geral	141.098	364.384
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	118.982	91.864
Marine Midland Bank	76.537	328.941
Banco Português de Investimento	59.900	60.603
Banco Espírito Santo	45.055	7.842
Caixa Geral de Depósitos	36.050	76.390
ABN AMRO Bank	30.916	20.904
Em outras instituições no estrangeiro	68.667	534.409
Em instituições no país	14.183	26.178
	<u>591.388</u>	<u>1.511.515</u>
Valores a cobrar:		
Cheques a cobrar no país	143.659	4.946
Cheques a cobrar no estrangeiro	10.031	10.223
Cartões de crédito a cobrar no estrangeiro	1.904	767
	<u>155.594</u>	<u>15.936</u>
	<u>746.982</u>	<u>1.527.451</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição desta rubrica por divisa é a seguinte:

	2008	2007
Depósitos à ordem:		
Euros	413.819	1.021.830
Dólares Norte-Americanos	128.028	395.353
Libras esterlinas	15.284	13.656
Escudos de Cabo Verde	14.183	26.178
Coroa Sueca	7.058	13.624
Outras divisas	13.016	40.876
	<u>591.388</u>	<u>1.511.517</u>
Valores a cobrar:		
Escudos de Cabo Verde	143.659	4.944
Euros	8.163	8.056
Dólares Norte-Americanos	3.467	2.518
Outras divisas	305	416
	<u>155.594</u>	<u>15.934</u>
	<u>746.982</u>	<u>1.527.451</u>

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos para caução	190.475	183
Depósitos a prazo	3.909	257.896
	<u>194.384</u>	<u>258.079</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos para caução” corresponde a garantias, na forma de depósitos, prestadas pela Caixa junto de outras instituições de crédito, como caução para créditos documentários concedidos por estas entidades a clientes da Caixa. Estes depósitos não são remunerados, sendo reembolsados quando da liquidação do respectivo crédito documentário associado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os depósitos a prazo e para caução apresentam a seguinte composição por instituição de crédito:

	2008	2007
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	108.225	108.225
Montepio Geral	73.896	129.416
Outros	12.263	20.438
	<u>194.384</u>	<u>258.079</u>

A composição do saldo dos depósitos a prazo e para caução por divisa em 31 de Dezembro de 2008 é a seguinte:

Euros	190.475
Dólares Norte-Americanos	3.909
	<u>194.384</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Crédito interno a curto prazo:		
Descontos comerciais	726.987	107.386
Empréstimos	791.179	564.914
Descobertos em depósitos à ordem	328.731	200.699
Crédito interno a médio e longo prazo:		
Empréstimos	13.028.083	11.263.813
Contas correntes caucionadas	114.310	134.341
Outros créditos	1.217.517	800.679
	<u>16.206.807</u>	<u>13.071.832</u>
Crédito e juros vencidos	<u>3.490.803</u>	<u>3.341.391</u>
	<u>19.697.610</u>	<u>16.413.223</u>
Provisões para crédito sobre clientes (Nota 25)	(1.174.701)	(612.886)
	<u>18.522.909</u>	<u>15.800.337</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo da rubrica “Crédito sobre clientes”, incluía o crédito concedido ao pessoal da Caixa, que ascendia a mCve. 539.525. A partir de 2008, estes créditos passaram a ser registados na rubrica “Outros activos” (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2008, a carteira de crédito da Caixa inclui crédito denominado em Euros no montante de mCve. 566.531, estando o restante crédito denominado em Escudos de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2008, a composição da carteira de crédito a clientes, entre empresas e particulares, e por sector de actividade, excluindo o crédito vencido, é a seguinte:

	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas:			
Comércio	1.415.474	210.977	1.626.451
Construção e obras públicas	871.890	83.036	954.926
Transportes	693.668	36.194	729.862
Indústria	651.051	51.297	702.348
Hotelaria	556.182	187.525	743.707
Energia	301.586	-	301.586
Outros	1.123.557	312.743	1.436.300
	<u>5.613.408</u>	<u>881.772</u>	<u>6.495.180</u>
Particulares:			
Habituação	6.287.135	1.648.341	7.935.476
Consumo	3.301.210	742.419	4.043.629
Outros	1.005.054	218.271	1.223.325
	<u>10.593.399</u>	<u>2.609.031</u>	<u>13.202.430</u>
	<u>16.206.807</u>	<u>3.490.803</u>	<u>19.697.610</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito concedido, excluindo o crédito e juros vencidos apresenta a seguinte composição em termos de prazos residuais até ao vencimento:

	2008	2007
Até três meses	1.307.276	1.154.878
Entre três meses e um ano	2.514.218	1.362.037
Entre um e cinco anos	5.336.310	4.287.425
Superior a cinco anos	7.049.003	6.267.492
	<u>16.206.807</u>	<u>13.071.832</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte distribuição de acordo com a classificação definida no Aviso nº 4/2006 (Nota 2. c.1)):

	2008					
	Classes de Risco					
Responsabilidades	A	B	C	D	E	Total
Sem garantia	19.514	9.016	2.168	5.811	31.033	67.542
Empresas com garantia	377.690	318.915	79.548	196.440	43.789	1.016.382
Particulares com garantia	452.591	87.971	81.001	103.019	26.510	751.092
Habitação própria com hipoteca	881.511	542.272	147.305	70.539	6.714	1.648.341
	1.731.306	958.174	310.022	375.809	108.046	3.483.357
Despesas de crédito vencido						7.393
Juros vencidos a regularizar						53
						3.490.803

	2007					
	Classes de Risco					
Responsabilidades	A	B	C	D	E	Total
Sem garantia	133	10.585	2.885	9.399	28.701	51.703
Empresas com garantia	541.679	184.761	102.006	269.234	6.304	1.103.984
Particulares com garantia	400.031	59.892	88.123	70.681	20.501	639.228
Habitação própria com hipoteca	983.328	368.429	156.034	37.676	-	1.545.467
	1.925.171	623.667	349.048	386.990	55.506	3.340.382
Juros vencidos a regularizar						1.009
						3.341.391

Em 31 de Dezembro de 2007, as despesas de crédito vencido eram reconhecidas em custos no momento do seu pagamento, e reconhecido o proveito aquando da recuperação do crédito. A partir de 2008, a Caixa passou a provisionar integralmente estas despesas.

A distribuição do crédito com atraso em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 era como segue:

	2008	2007
Até trinta dias	873.264	1.196.813
De um a três meses	858.041	227.463
De três a seis meses	958.175	350.488
De seis meses a um ano	310.022	502.756
De um a três anos	375.809	616.828
Mais de três anos	108.046	446.034
Despesas de crédito vencido	7.393	-
Juros vencidos a regularizar	53	1.009
	<u>2.617.539</u>	<u>2.144.578</u>
	<u>3.490.803</u>	<u>3.341.391</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões para riscos de crédito incluem, aproximadamente mCve. 493.000 acima dos montantes mínimos exigidos pelo Aviso nº 4/2006 (Nota 2. c.1)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

7. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Títulos de dívida pública:		
Obrigações do Tesouro	2.090.370	2.265.560
Títulos de Intervenção Monetária	250.000	-
	<u>2.340.370</u>	<u>2.265.560</u>
Outros títulos de rendimento fixo:		
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L.	954.081	954.081
Tecnici - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	200.000
	<u>1.154.081</u>	<u>1.154.081</u>
	<u>3.494.451</u>	<u>3.419.641</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, as Obrigações de Tesouro cedidas a clientes com acordo de recompra ascendem a mCve. 390.000 (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Títulos de dívida pública – Obrigações do Tesouro” inclui mCve. 795.920 relativo a uma Obrigação do Tesouro de rendimento variável, a reembolsar no prazo de 15 anos, a partir de 1 de Janeiro de 2000. Este título vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 1,5%. Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de cupão em vigor é de 6,63%.

As obrigações “Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L.” e “Tecnici – Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.” vencem juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de spreads de 2% e 2,216%, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2008, as taxas de cupão em vigor são de 5,47% e 7,38%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as taxas médias de remuneração da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo eram as seguintes:

	2008	2007
Obrigações do Tesouro	5,64%	5,10%
Títulos de Intervenção Monetária	5,61%	-
Outros títulos de rendimento fixo	6,05%	6,39%

A estrutura da carteira de títulos da Caixa em termos de prazos residuais para o vencimento é a seguinte:

	2008	2007
Até três meses	100.000	-
Entre três e seis meses	150.000	-
Entre seis meses e um ano	111.120	175.190
Entre um e três anos	300.000	111.120
Superior a três anos	2.833.331	3.133.331
	<u>3.494.451</u>	<u>3.419.641</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

8. PARTICIPAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	Percentagem de participação	2008			2007	
		Capitais próprios	Data	Equivalência Patrimonial	Valor de balanço	Valor de balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	17,88%	96.406	31-Dez-07	17.237	16.250	14.302
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (*)	10%	280.631	31-Dez-08	28.063	10.000	10.000
				<u>45.300</u>	<u>26.250</u>	<u>24.302</u>

(*) Demonstrações financeiras provisórias

Os valores dos capitais próprios das empresas participadas foram retirados das demonstrações financeiras nas datas indicadas no quadro acima, quando disponíveis.

9. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

O movimento no imobilizado incorpóreo durante os exercícios de 2008 e 2007 pode ser resumido como segue:

	2008					2007	
	Saldo em 31-12-2007	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Transferências	Saldo em 31-12-2008	Amortizações acumuladas
Software	164.379	(89.049)	44.539	(45.098)	7.825	216.743	(134.147)
Despesas em edifícios arrendados	23.906	(16.797)	299	(5.973)	11.136	35.341	(22.770)
	<u>188.285</u>	<u>(105.846)</u>	<u>44.838</u>	<u>(51.071)</u>	<u>18.961</u>	<u>252.084</u>	<u>(156.917)</u>
Imobilizado em curso	18.961	-	-	-	(18.961)	-	-
	<u>207.246</u>	<u>(105.846)</u>	<u>44.838</u>	<u>(51.071)</u>	<u>-</u>	<u>252.084</u>	<u>(156.917)</u>

	2007				2006	
	Saldo em 31-12-2006	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2007	Amortizações acumuladas
Software	126.592	(69.529)	37.787	(19.520)	164.379	(89.049)
Despesas em edifícios arrendados	2.118	(1.613)	21.788	(15.184)	23.906	(16.797)
	<u>128.710</u>	<u>(71.142)</u>	<u>59.575</u>	<u>(34.704)</u>	<u>188.285</u>	<u>(105.846)</u>
Imobilizado em curso	12.942	-	6.019	-	18.961	-
	<u>141.652</u>	<u>(71.142)</u>	<u>65.594</u>	<u>(34.704)</u>	<u>207.246</u>	<u>(105.846)</u>

10. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O movimento nas imobilizações corpóreas durante os exercícios de 2008 e 2007 pode ser resumido como segue:

	2008						2007	
	Saldo em 31-12-2007	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercício	Abates	Transferências	Saldo em 31-12-2008	Amortizações acumuladas
Imóveis	201.311	(47.188)	1.235	(8.740)	-	22.565	224.994	(55.811)
Equipamento:								
Mobiliário e material	102.173	(58.252)	5.261	(9.059)	-	2.412	109.846	(67.311)
Máquinas e ferramentas	151.718	(76.019)	8.754	(21.476)	-	10.559	167.688	(94.152)
Equipamento informático	233.567	(114.600)	13.538	(40.045)	-	4.853	251.958	(154.645)
Instalações interiores	85.289	(63.267)	9.761	(10.033)	-	8.088	103.138	(73.300)
Material de transporte	63.132	(44.759)	31.542	(7.245)	(2.770)	27	79.131	(39.204)
Equipamento de segurança	34.141	(17.299)	3.676	(3.367)	-	317	38.134	(20.666)
Outro equipamento	2.499	(1.740)	508	(285)	-	-	3.007	(2.025)
Património artístico	1.415	-	-	-	-	-	1.415	-
	<u>875.245</u>	<u>(423.124)</u>	<u>74.275</u>	<u>(100.250)</u>	<u>(2.770)</u>	<u>48.821</u>	<u>979.311</u>	<u>(507.114)</u>
Imobilizado em curso	104.623	-	70.197	-	-	(48.821)	125.999	-
	<u>979.868</u>	<u>(423.124)</u>	<u>144.472</u>	<u>(100.250)</u>	<u>(2.770)</u>	<u>-</u>	<u>1.105.310</u>	<u>(507.114)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	2007						
	Saldos em 31-12-2006		Adições	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Saldos em 31-12-2007	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas
Imóveis	208.534	(38.026)	-	(1.939)	-	201.311	(47.188)
Equipamento	673.482	(471.004)	154.912	(70.563)	9.756	672.519	(375.936)
Património artístico	1.789	(497)	123	-	-	1.415	-
	<u>883.805</u>	<u>(509.527)</u>	<u>155.035</u>	<u>(72.502)</u>	<u>9.756</u>	<u>875.245</u>	<u>(423.124)</u>
Imobilizado em curso	114.379	-	-	-	(9.756)	104.623	-
	<u>998.184</u>	<u>(509.527)</u>	<u>155.035</u>	<u>(72.502)</u>	<u>-</u>	<u>979.868</u>	<u>(423.124)</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Imobilizado em Curso” inclui despesas com os projectos de construção da nova sede social na cidade da Praia e da nova sede regional na ilha de São Vicente. Compreende igualmente valores relativos a obras em curso em agências, que a Caixa espera abrir durante o ano de 2009.

11. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Empréstimos ao pessoal (Nota 6)	589.789	-
Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	309.411	239.369
Aplicações por recuperação de crédito	9.054	5.624
Outras imobilizações financeiras	4.023	4.023
Outros		
Fundo Micro-Crédito	56.392	60.270
Devedores diversos	27.585	66.358
Devedores por remessas cambiais	20.678	43.092
Linha de Crédito Micro-Empresas	5.234	5.234
Outros	2.607	6.015
	<u>1.024.773</u>	<u>429.986</u>
Provisões para outros activos (Nota 25)	(2.156)	-
Provisões para imobilizações financeiras (Nota 25)	(200)	(2.148)
	<u>(2.356)</u>	<u>(2.148)</u>
	<u>1.022.417</u>	<u>427.838</u>

Os empréstimos a colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas. As bonificações a receber são relativas essencialmente a crédito à habitação, sendo calculadas de acordo com a legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados em 31 de Dezembro de 2008 correspondem aos montantes reclamados pela Caixa desde 2004.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Outras imobilizações financeiras” inclui a participação no Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo GARI) e títulos de Dívida Pública Portuguesa no montante de mCve. 3.823 (Nota 18) e mCve. 200, respectivamente. Os títulos de Dívida Pública Portuguesa encontram-se totalmente provisionados (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Outros activos – Fundo Micro-Crédito” refere-se a créditos concedidos no âmbito do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas. O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso, responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Outros activos – Devedores diversos” respeita a montantes a regularizar por operações realizadas pela Caixa através do serviço Western Union, os quais foram regularizados no início do exercício subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Outros activos – Devedores por remessas cambiais” refere-se a remessas de cheques sobre o estrangeiro, as quais foram regularizadas no início do exercício subsequente.

12. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO – ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Proveitos a receber:		
De crédito interno	89.169	77.159
De Obrigações do Tesouro	12.869	36.062
De outros títulos de rendimento fixo	8.537	7.967
Outros	-	2.937
Despesas com custo diferido:		
Seguros	2.157	1.028
Outras	88	285
Outras contas de regularização:		
Economato	9.058	9.903
Operações a regularizar:		
Operações ATM a regularizar	11.991	-
Falhas de caixa	1.318	628
Sobras de caixa	(3.780)	(2.255)
Outras	20.037	23.605
	<u>151.444</u>	<u>157.319</u>

13. DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos à ordem:		
IMPAR - Companhia Caboverdeana de Seguros, S.A.R.L.	119.422	83.021
Outras instituições	20.623	13.007
	<u>140.045</u>	<u>96.028</u>
Empréstimos:		
International Finance Corporation	220.530	331.666
Agence Francaise de Developpement	230.090	-
	<u>450.620</u>	<u>331.666</u>
	<u>590.665</u>	<u>427.694</u>

Durante o exercício de 2005, a Caixa contraiu uma linha de crédito junto da International Finance Corporation no montante de 5.000.000 de Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos, a partir de 15 de Março de 2006. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Caixa tinha esta linha utilizada em mCve. 220.530 e mCve. 330.795, respectivamente.

Em 14 de Outubro de 2005, a Caixa, o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Interatlântico e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2008, a Caixa tinha esta linha utilizada em 2.086.700 Euros (mCve. 230.090).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

14. DÉBITOS PARA COM CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos de poupança:		
Particulares - cadernetas	2.835.869	2.784.805
Depósitos à vista:		
De residentes	8.825.073	7.890.984
De emigrantes	1.223.162	1.077.423
	10.048.235	8.968.407
Depósitos a prazo:		
De residentes	6.813.363	5.360.448
De emigrantes	6.978.959	6.618.184
	13.792.322	11.978.632
Outros débitos:		
Títulos cedidos com acordo de recompra (Notas 2. i) e 7)	390.000	-
Empréstimos obtidos de residentes	73.333	85.000
Micro-crédito (Nota 11)	56.392	60.270
Cheques e ordens a pagar	18.366	30.690
Outros	21.220	16.239
	559.311	192.199
	27.235.737	23.924.043

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição dos depósitos a prazo em termos de prazos residuais até ao vencimento é a seguinte:

	2008	2007
Até um mês	1.497.334	1.451.993
Entre um mês e três meses	2.484.645	2.785.831
Entre três e seis meses	2.384.820	2.402.934
Entre seis meses e um ano	5.287.529	5.025.274
Superior a um ano	2.137.994	312.600
	13.792.322	11.978.632

A composição dos depósitos de poupança e depósitos a prazo por divisa é a seguinte:

	2008		2007	
	Depósitos de poupança	Outros depósitos a prazo	Depósitos de poupança	Outros depósitos a prazo
Escudos de Cabo Verde	2.835.869	13.491.572	2.784.805	11.415.188
Euros	-	164.421	-	460.851
Dólares Norte-Americanos	-	136.329	-	102.593
	2.835.869	13.792.322	2.784.805	11.978.632

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros débitos - Empréstimos obtidos de residentes” corresponde a um empréstimo obtido junto de Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros à taxa anual de 4%, a reembolsar em 15 prestações anuais, a partir de 21 de Agosto de 1998. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS, para aquisição de habitação própria, à taxa de juro de 8% e um período de reembolso de 25 anos, após um ano de carência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

15. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Imposto Único sobre o Rendimento (IUR)	53.520	196.376
Imposto de rendimento de capitais	14.818	12.694
Outros	3.879	24.717
	<u>72.217</u>	<u>233.829</u>

No exercício de 2008, a Caixa efectuou um adiantamento por conta do Imposto Único sobre o Rendimento de 2008, no montante de mCve. 9.362.

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo da rubrica “Imposto Único sobre o Rendimento” inclui mCve. 34.023 relativos a provisões para contingências fiscais. No exercício de 2008, este saldo foi transferido para a rubrica “Fundo para riscos bancários gerais” (Nota 25).

16. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO - PASSIVO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Custos a pagar:		
Juros de depósitos	272.137	230.219
Custos com pessoal:		
Subsídio de férias	20.631	20.942
Prémio de produtividade	19.971	24.458
Juros de recursos de outras IC's	7.873	9.541
Juros de títulos cedidos com acordo de recompra	2.778	-
Outros custos administrativos:		
Comunicações	10.818	n.d
Encargos com ATM	6.952	n.d
Água, gás e electricidade	5.284	n.d
Publicidade	1.373	n.d
Outros	13.201	35.886
Receitas com proveito diferido:		
Juros de títulos de intervenção monetária	3.681	-
De operações extrapatrimoniais	2.799	3.372
Outras	3	3
Outras contas de regularização:		
Compensação SISP	25.212	14.900
Outras	27.386	1.922
	<u>420.099</u>	<u>341.243</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outras contas de regularização – Outras” inclui mCve. 5.305 e mCve. 2.890, respectivamente, referentes a montantes pendentes de liquidação de empréstimos bonificados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

17. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital da Caixa está representado por 348.000 acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas. A estrutura accionista da Caixa é a seguinte:

Entidade	2008		2007	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%	109.390	31,4%
Montepio Geral - Associação Mutualista	61.272	17,6%	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%	52.160	15,0%
Impar - Companhia Caboverdeana de Seguros	39.247	11,3%	39.247	11,3%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%	34.204	9,8%
Grupo Local	26.069	7,5%	25.166	7,2%
Outros subscritores	22.737	6,5%	22.904	6,6%
Trabalhadores	2.921	0,8%	3.657	1,1%
	<u>348.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>348.000</u>	<u>100,00%</u>

18. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas				Resultado do exercício	Total
		Legal	Livres	Outras	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	348.000	195.901	441.570	432.592	1.070.063	278.801	1.696.864
Aplicação de resultados de 2006	-	27.880	136.081	-	163.961	(163.961)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(114.840)	(114.840)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	471.670	471.670
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	348.000	223.781	577.651	432.592	1.234.024	471.670	2.053.694
Aplicação de resultados de 2007	-	47.167	285.303	-	332.470	(332.470)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(139.200)	(139.200)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	272.569	272.569
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>348.000</u>	<u>270.948</u>	<u>862.954</u>	<u>432.592</u>	<u>1.566.494</u>	<u>272.569</u>	<u>2.187.063</u>

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde, um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Caixa, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica “Reservas – Outras” apresenta o seguinte detalhe:

Organismo Sueco de ajuda ao desenvolvimento (BITS)	246.249
Risco sobre financiamento para empresas	167.520
Fundo de crédito para micro irrigação	15.000
Fundo GARI (Nota 11)	3.823
	<u>432.592</u>

A rubrica “Organismo Sueco de ajuda ao desenvolvimento (BITS)” corresponde a um donativo concedido pelo BITS, no âmbito de um projecto de importação e comercialização de cimento.

A rubrica “Risco sobre financiamento para empresas” corresponde a um subsídio, não reembolsável, concedido pela Agricultural Cooperative Development International, no âmbito de um projecto de financiamento para o desenvolvimento da produção agrícola em Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)19. IMPOSTOS

A Caixa está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25% (30% no exercício de 2007), e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,50% (30,60% em 2007).

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Adicionalmente, a Caixa beneficia desde 2006 dos seguintes benefícios fiscais:

- isenção de tributação, por um período de três anos, dos lucros auferidos pelo exercício da actividade de intermediação financeira em valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- dedução à matéria colectável do valor das aquisições, deduzido das alienações, de valores mobiliários em sociedades comerciais cotadas, por um período de três anos a contar do início do funcionamento efectivo da Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- pelo facto de estar cotada em bolsa, beneficia de redução de 15% do rendimento para efeitos de IUR, durante três anos a partir da data de admissão à cotação.

Por estes motivos, a carga fiscal apresentada pela Caixa é inferior à taxa normal de tributação. Estes benefícios fiscais têm termo no final do exercício de 2008.

Em Dezembro de 2006, a Caixa foi notificada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 3.981 referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2005. A decisão foi contestada pela Caixa em Janeiro de 2007, tendo esta decidido recorrer ao Tribunal Fiscal Aduaneiro de Sotavento, após a recepção do indeferimento por parte da DGCI em Abril de 2008. Ainda se aguarda uma resposta em definitivo a este recurso.

Adicionalmente, em Agosto de 2007 e Setembro de 2008, a Caixa foi notificada pela DGCI de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, as quais contestou, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Caixa tem uma provisão constituída para contingências fiscais no montante de mCve. 68.319, registada na rubrica “Fundo para riscos bancários gerais” (Nota 25).

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 2008 estes rendimentos ascendem a mCve. 23.139 (Nota 27).

20. PASSIVOS EVENTUAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os “Passivos Eventuais” têm a seguinte composição:

	2008	2007
Garantias e avales prestados	841.539	1.531.556
Créditos documentários abertos	494.952	254.909
	<u>1.336.491</u>	<u>1.786.466</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

21. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos de poupança		
Cadernetas	88.640	44.994
Depósitos à ordem		
De residentes	94	77
De emigrantes	5.100	3.632
Depósitos a prazo		
De residentes	217.516	216.638
De emigrantes	288.584	274.549
Empréstimos		
De residentes	3.164	3.626
De não residentes	22.784	27.252
Operações de venda com acordo de recompra		
Obrigações do Tesouro	12.608	1.198
	<u>638.491</u>	<u>571.965</u>

22. LUCROS E PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008			2007		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	176.380	(67.125)	109.255	44.570	(55.393)	(10.823)
Resultados em notas e moedas	89.048	(63.957)	25.091	56.413	(9.139)	47.274
	<u>265.428</u>	<u>(131.082)</u>	<u>134.346</u>	<u>100.983</u>	<u>(64.532)</u>	<u>36.451</u>

23. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Remunerações de empregados	313.180	242.823
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	30.449	32.602
Encargos sociais	52.518	44.065
Prémio de produtividade (Nota 16)	19.971	24.458
Outros	1.907	1.442
	<u>418.025</u>	<u>345.390</u>

O detalhe por categorias do número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	2008	2007
Administradores executivos	3	3
Direcção geral e coordenação	11	10
Gerência e chefias	24	24
Técnicos	34	29
Administrativos	128	125
Apoio geral e auxiliar	22	21
	<u>222</u>	<u>212</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os números apresentados acima incluem 35 e 53 colaboradores, respectivamente, com contrato de trabalho a termo certo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

24. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Serviços especializados	104.585	90.953
Encargos com ATM	71.915	61.823
Publicidade	56.475	49.472
Comunicações	49.319	44.869
Água, gás e electricidade	26.654	19.707
Deslocações, estadas e representação	25.837	22.343
Impressos e material de consumo corrente	20.054	20.264
Rendas e alugueres	17.753	15.235
Combustíveis	10.005	6.375
Seguros	9.448	7.718
Conservação e reparação	9.258	9.437
Encargos com formação do pessoal	6.297	8.994
Material informático	4.291	2.372
Contencioso e notariado	2.874	1.984
Outros	9.137	7.932
	<u>423.903</u>	<u>369.477</u>

25. MOVIMENTO NAS PROVISÕES

O movimento nas rubricas de provisões durante os exercícios de 2007 e 2008 foi o seguinte:

	2008				
	Saldos em 31-12-2007	Reforços	Reposições	Utilizações	Transfe- rências
Crédito concedido (Nota 6)	612.886	1.215.807	(577.760)	(78.180)	1.948
Fundo para riscos bancários gerais (Nota 19)	4.157	1.184	-	-	64.934
Outras exigibilidades (Nota 15)	34.023	30.911	-	-	(64.934)
Outros activos (Nota 11)	2.148	2.156	-	-	(1.948)
	<u>653.214</u>	<u>1.250.058</u>	<u>(577.760)</u>	<u>(78.180)</u>	<u>-</u>

	2007				
	Saldos em 31-12-2006	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldos em 31-12-2007
Crédito concedido (Nota 6)	667.520	972.207	(645.720)	(381.121)	612.886
Fundo para riscos bancários gerais (Nota 19)	7.590	-	-	(3.433)	4.157
Outras exigibilidades (Nota 15)	816	33.207	-	-	34.023
Riscos gerais de crédito	219.453	81.066	(300.519)	-	-
Outros activos (Nota 11)	4.291	-	-	(2.143)	2.148
	<u>899.670</u>	<u>1.086.480</u>	<u>(946.239)</u>	<u>(386.697)</u>	<u>653.214</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, o “Fundo para Riscos Bancários Gerais” inclui mCve. 68.319 relativos a provisões para fazer face a contingências fiscais (Nota 19).

Durante o exercício de 2007, com a entrada em vigor do Aviso nº 4/2006, a Caixa procedeu à reposição integral do saldo da rubrica das provisões para “Riscos gerais de crédito”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

26. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2008	2007
<u>Custos e perdas:</u>		
Menos-valias na venda de imobilizado	155	2.652
Outras perdas extraordinárias	412	967
	<u>567</u>	<u>3.619</u>
Resultados extraordinários	208.492	134.828
	<u>209.059</u>	<u>138.447</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Mais-valias na venda de imobilizado	4.096	1.368
Ganhos relativos a exercícios anteriores:		
Recuperação de juros de crédito vencido	132.182	74.828
Proveitos por recuperação de crédito	29.458	n.d.
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores		
Juros de mora de contas correntes caucionadas	37.571	n.d.
Outros	4.690	55.065
Outros ganhos extraordinários	1.062	7.187
	<u>209.059</u>	<u>138.447</u>

27. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Crédito interno	1.654.739	1.443.075
Obrigações do Tesouro	121.782	117.512
Outros títulos de rendimento fixo	79.490	9.000
Títulos de intervenção monetária	20.464	17.055
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	19.249	43.776
Aplicações em instituições de crédito no país	2.905	78
Outros	3.605	-
	<u>1.902.234</u>	<u>1.630.496</u>

No exercício de 2008, os juros de Obrigações do Tesouro colocadas no mercado secundário ascenderam a mCve. 23.139 (Nota 19).

28. RENDIMENTO DE TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Dividendos - Imotur - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A.	5.357	-
Outros	-	22.291
	<u>5.357</u>	<u>22.291</u>

No exercício de 2007, esta rubrica inclui os juros de obrigações de taxa variável, que em 2008 passaram a ser registados em “Juros e proveitos equiparados”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

29. COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Comissões de abertura de crédito	109.239	90.384
Comissões Western Union	75.754	76.413
Operações cambiais	50.810	45.299
Garantias e avales prestados	39.776	43.047
Comissões de manutenção de contas	12.218	20.843
Comissões de antecipação	11.654	6.914
Outros serviços bancários prestados	21.497	17.106
Outras comissões	11.661	9.394
	<u>332.609</u>	<u>309.400</u>

30. OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

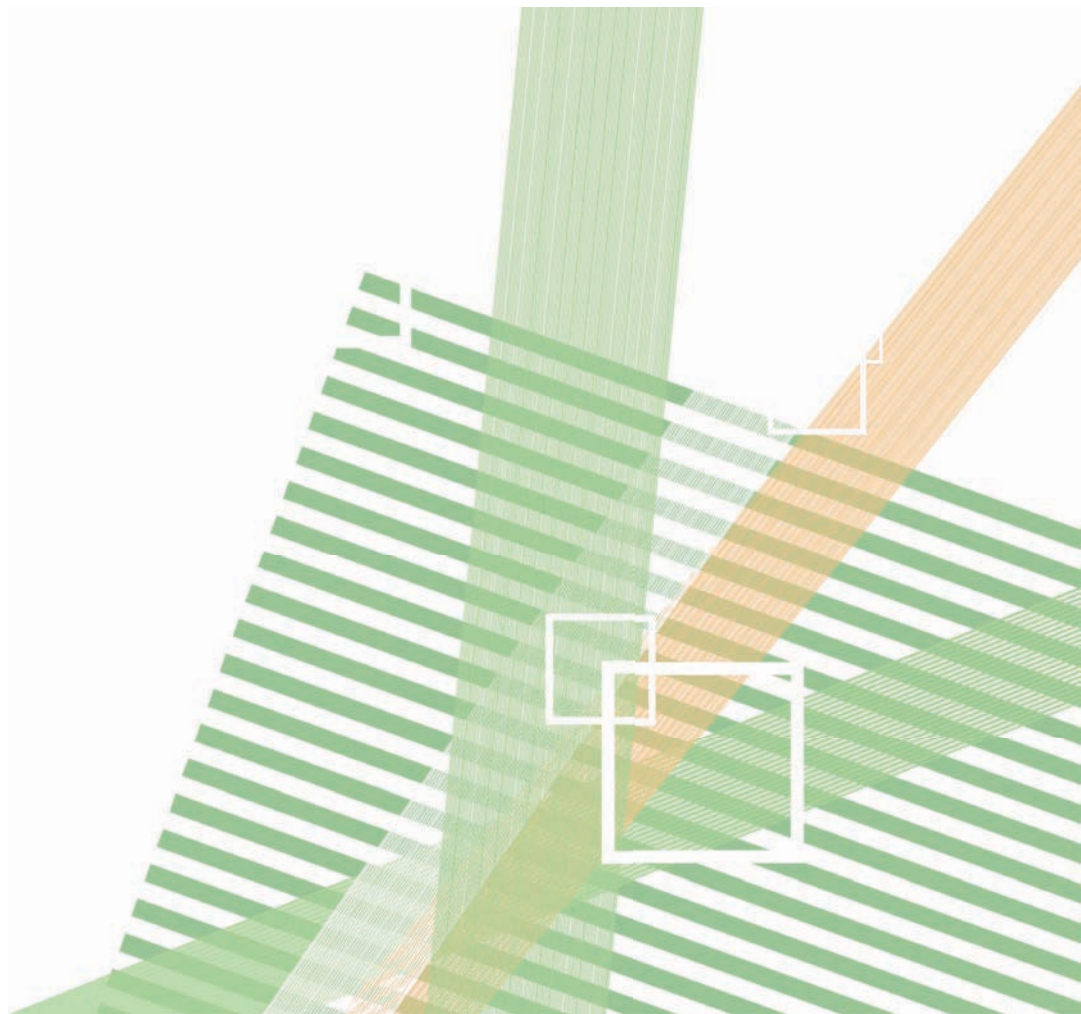
Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Prestação de serviços diversos:		
Taxa de serviço	59.242	47.148
Cartões de crédito	8.183	5.364
Outras prestações de serviços	2.806	2.161
Venda de cheques e cadernetas	6.775	5.727
Outros proveitos	3.390	2.985
	<u>80.396</u>	<u>63.385</u>



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

2009/04/20
BO

Em cumprimento do disposto no nº 1 do Artigo 446º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta este Conselho Fiscal o relatório da sua acção fiscalizadora e o parecer sobre o relatório de gestão, o balanço analítico, a demonstração de resultados líquidos e o respectivo anexo da CAIXA – Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l., respeitantes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2008.

Os documentos de prestação de contas foram no final do exercício objecto de análise, concluindo-se que foram elaborados em obediência aos princípios emergentes das disposições legais.

O relatório de gestão descreve em síntese precisa, sem excluir o pormenor de interesse, o que foi a actividade da CAIXA em 2008, os seus problemas e suas perspectivas, sendo portanto elucidativo complemento dos documentos de prestação de contas.

Tomámos conhecimento do Relatório de Auditoria emitido pela Deloitte & Associados, SROC, S.A. que aqui se dá por reproduzido e foi igualmente por nós apreciado merecendo, assim, a nossa concordância.

Nessa conformidade, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo, relativos ao exercício de 2008;
- b) A proposta do Conselho de Administração constante no relatório de gestão.

Praia, 29 de Abril de 2009

O Conselho Fiscal



RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. ("Caixa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de mCve. 30.576.056 e capitais próprios de mCve. 2.187.063, incluindo um resultado líquido de mCve. 272.569, a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 30).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo nesta data, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário (Nota 2).

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membros assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membros. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

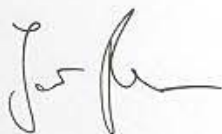
• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Ênfases

5. Conforme descrito na Nota 11, em 31 de Dezembro de 2008 a Caixa tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2004, no montante de mCve. 309.411. Segundo indicação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, encontra-se a decorrer uma auditoria pelo que o referido valor não foi confirmado. O Conselho de Administração entende que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, pelo que considera o referido montante integralmente recuperável.
6. O Balanço em 31 de Dezembro de 2007 e as Demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data são apresentados de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Dado termos sido contratados em 2009 para auditar as contas do exercício de 2008, não examinámos as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2007, motivo pelo qual não expressamos qualquer opinião sobre as mesmas, nem sobre a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos entre anos.

Lisboa, 30 de Abril de 2009



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira